

**PROMEP**  
Mestrado Profissional  
em Estudos Culturais  
Memória e Patrimônio

Câmpus  
Cora Coralina



**Universidade  
Estadual de Goiás**



**ESTADO  
DE GOIÁS**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
CULTURAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO**

**MESTRADO PROFISSIONAL**

**PAULO CÉSAR ALVES JÚNIOR**

**DAS PENAS ÀS FLAUTAS:  
ORNAMENTOS E INSTRUMENTOS ENAWENÊ NAWÊ  
NO RITUAL YAOKWA**

**GOIÁS – GO  
2024**

**PAULO CÉSAR ALVES JÚNIOR**

**DAS PENAS ÀS FLAUTAS:  
ORNAMENTOS E INSTRUMENTOS ENAWENÊ NAWÊ  
NO RITUAL YAOKWA**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina(PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros.

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

A474p Alves Júnior, Paulo César.  
Das penas às flautas : ornamentos e instrumentos Enawenê Nawê no Ritual Yaokwa [manuscrito] / Paulo César Alves Júnior.  
– Goiás, GO, 2024.  
71f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros.  
Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.

1. Patrimônio cultural indígena. 1.1. Enawenê Nawê.  
1.1.1. Ritual Yaokwa. 1.1.2. Arte indígena. 1.1.3. Cultura indígena.  
I. Título. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 316.7(817.2)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA n° 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei n° 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data<sup>1</sup>. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

### Dados do autor (a)

Nome completo: Paulo César Alves Júnior

E-mail: [professorpauloartess@gmail.com](mailto:professorpauloartess@gmail.com)

### Dados do trabalho

Título: DAS PENAS ÀS FLAUTAS: ORNAMENTOS E INSTRUMENTOS ENAWENÊ  
NAWÊ no RITUAL YAOKWA.

### Tipo:

Tese  Dissertação

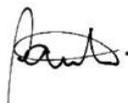
Curso/Programa: **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E  
PATRIMÔNIO - PROMEP**

### Concorda com a liberação documento

SIM  NÃO

<sup>1</sup> Período de embargo é de até **um ano** a partir da data de defesa.

Goiânia, 30 de Julho de 2024.



Assinatura autor(a)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EDUARDO GUSMAO DE QUADROS  
Data: 01/08/2024 14:26:20-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do orientador(a)

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de (Exame de Qualificação/Defesa) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 30 de abril, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

---

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros - UEG /Orientador

---

Prof. Dr. Genesco Alves de Sousa – UEMG / Membro Externo

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Cunha Torres – UEG / Membro Interno

Goiás, 30 de maio de 2024.

## RESUMO

O relatório aborda a preservação da cultura Enawenê Nawê, grupo indígena que habita a região noroeste do Estado de Mato Grosso nas proximidades do Rio Juruena com uma população estimada em 1.000 indivíduos. Essa etnia possui uma enorme tradição cultural baseada na relação entre a natureza e ancestralidade através de rituais. Os Enawenê Nawê enfrentam desafios significativos em sua luta pela preservação da sua cultura e território, pois a pressão do desmatamento e a expansão agrária são ameaças cotidianas à sua forma de vida, uma vez que, a Terra Indígena (T.I) se encontra nas fronteiras de fazendas de monocultura, exploração madeireira e até mesmo invasões de garimpeiros. Além disso, a precariedade do acesso a serviços básicos de saúde e educação fazem com que a etnia no decorrer dos anos perca sua identidade e técnicas artesanais. Sendo assim, em constante trabalho coletivo entre a comunidade e o pesquisador foi possível criar meios para a elaboração de um livro imagético didático no formato de dicionário contendo os ornamentos e instrumentos utilizados durante o ritual Yaokwa. Realizar a manutenção do patrimônio cultural através da Educação Patrimonial é compreender como a memória e a cultura são intermediários no desenvolvimento da resistência dos povos indígenas.

**Palavras-chave:** Arte, Cultura, Enawenê Nawê, Yaokwa, Patrimônio.



## **ABSTRACT**

The report addresses the preservation of the Enawenê Nawê culture, an indigenous group that inhabits the northwest region of the State of Mato Grosso near the Juruena River with an estimated population of 1,000 individuals. This ethnic group has a huge cultural tradition based on the relationship between nature and ancestry through rituals. The Enawenê Nawê face significant challenges in their struggle to preserve their culture and territory, as the pressure of deforestation and agrarian expansion are daily threats to their way of life, since the Indigenous Land (T.I) is located on the borders of monoculture farms, logging and even invasions by prospectors. In addition, the precarious access to basic health and education services causes the ethnic group to lose its identity and craft techniques over the years. Thus, in constant collective work between the community and the researcher, it was possible to create means for the elaboration of a didactic image book in dictionary format containing the ornaments and instruments used during the Yaokwa ritual. Carrying out the maintenance of cultural heritage through Heritage Education is understanding how memory and culture are intermediaries in the development of resistance by indigenous peoples.

**Keywords:** Art, Culture, Enawenê Nawê, Yaokwa, Patrimony.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Personagem gráfico Enawenê Nawê.....	15
Figura 02 – Placa de demarcação padrão Fundação Nacional dos Povos Indígenas.....	16
Figura 03 – Mapa da Terra Indígena Enawenê Nawê.....	20
Figura 04 – Vista área da Aldeia Kotakowinakwa/Doloiwikwa.....	23
Figura 05 – Desenho Peixe Trairão.....	24
Figura 06 – Indígena Enawenê Nawê banhando no Rio Iquê.....	29
Figura 07 – Margem do Rio Juruena.....	41
Figura 08 – Imagem recorte: Instrumentos. Produto do relatório técnico.....	65
Figura 09 – Imagem recorte: Instrumentos. Produto do relatório técnico.....	65
Figura 10 – Imagem recorte: Instrumentos. Produto do relatório técnico.....	66
Figura 11 – Imagem recorte: Ornamentos. Produto do relatório técnico.....	66
Figura 12 – Imagem recorte: Ornamentos. Produto do relatório técnico.....	67
Figura 13 – Imagem recorte: Ornamentos. Produto do relatório técnico.....	67
Figura 14 – Imagem recorte do produto, Jogo da memória.....	69
Figura 15 – Imagem recorte do produto, Jogo da memória.....	70
Figura 16 – Imagem recorte do produto, Caça Palavras.....	71
Figura 17 – Imagem registro do processo fotográfico para elaboração do produto do relatório técnico na T.I. Enawenê Nawê.....	72
Figura 18 – Imagem registro do processo fotográfico para elaboração do produto do relatório técnico na T.I. Enawenê Nawê.....	73
Figura 19 – Imagem registro do processo fotográfico para elaboração do produto do relatório técnico na T.I. Enawenê Nawê.....	74
Figura 20 – Imagem dos artefatos para registro do produto do relatório técnico na T.I. Enawenê Nawê.....	74

## LISTA DE QUADROS E SIGLAS

ENOTI	Não Indígena
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MIA	Missão Indígena da Amazônia
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PROMEP	Mestrado em Estudos Culturais Memória e Patrimônio
T.I.	Terra Indígena
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UHEs	Usinas Hidrelétricas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. AWÊ:</b> Enawenê Nawê, Índio NÃO, Indígena SIM!.....	17
<b>2. WADARE:</b> Da pedra viemos, da água sobrevivemos.....	26
<b>3. YAOKWA:</b> Resistência Contemporânea.....	42
<b>3.1 HAKOLO:</b> Casa.....	48
<b>4. PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO:</b> Lugar de possibilidade.....	52
<b>4.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL</b> .....	54
<b>5. BIJU:</b> Os ornamentos e instrumentos como objetos de preservação cultural.....	62
<b>6. MATURELE:</b> Produto final.....	64
<b>6.1 APLICAÇÃO DO PRODUTO na Comunidade</b> .....	68
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75

## Introdução

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados obtidos por meio da pesquisa de mestrado intitulado “Das penas às flautas: ornamentos e instrumentos Enawenê Nawê no Ritual Yaokwa”. As discussões desenvolvidas por meio de suporte teórico-metodológico, cujo intuito é delinear diálogos sobre a manutenção e o fortalecimento da cultura Nawê através dos ornamentos e instrumentos musicais utilizados por este povo, durante o ritual do Yaokwa, uma vez que manter e/ou registrar por meio de livros, fotografias é uma forma de arquivar e assegurar para futuras gerações o acesso às práticas culturais que pela oralidade se escorre no risco da não transmissão ou de uma transmissão falha ocasionada pelo apagamento da memória em decorrência da desvalorização dos ensinamentos dos anciões diante de tantas transformações culturais e sociais originárias da convivência com não indígenas.

A pesquisa aborda as complexas relações entre tempo e espaço dos Enawenê Nawê, um povo indígena da família linguística Aruak que atualmente reside em uma única aldeia no Vale do Rio Juruena ao noroeste do Mato Grosso. Essa comunidade desenvolve rituais que possuem uma forte ligação com o território e o seu modo de vida. No entanto, desde o contato com o mundo exterior na década de 1970, os Enawenê Nawê têm passado por mudanças significativas em sua dinâmica espacial e temporal. A principal causa dessas transformações é a incorporação sistemática de práticas, produtos e culturas exteriores em sua base social.

Criar um e-book e/ou livro impresso no formato de registro imagético sobre um conjunto de fotografias dos ornamentos e instrumentos musicais como forma de sistematizar e promover a manutenção da arte e cultura para as futuras gerações Enawenê Nawê pois o acesso às práticas culturais que pela oralidade tem o risco eminente de não ser transmitido de forma completa ou de ocorrer uma transmissão falha ocasionada pelo apagamento da memória em decorrência da desvalorização dos ensinamentos dos anciões diante de tantas transformações culturais e sociais originárias da convivência com não indígenas e para além do acesso da população em geral para além dos acervos museógrafos, pois identificar os adornos e instrumentos musicais tradicionais utilizados no ritual: Yaokwa é parte do objetivo desta pesquisa, como também fotografar, nomear

em Língua Portuguesa e Aruak os objetos.

O que me fez abordar a temática na minha pesquisa foi minha relação acadêmica e pessoal que se relacionam desde a conclusão da minha graduação em Artes Visuais/Licenciatura. Eu defendia a ideia de uma arte política que partia das minhas convivências neste local denominado como Noroeste de Mato Grosso gerando discussões sobre ser indígena no Brasil a partir das minhas percepções sobre a vivência indígena. O povo Enawenê Nawê foi e ainda é perseguido e ameaçado pela população da cidade de Juína por questões que envolviam até mesmo homicídios e a cultura disseminada de que *Índio não presta*.

O cargo que ocupei no ano de 2021 como Assessor Técnico Pedagógico de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso me possibilitou o contato direto com o povo Enawenê Nawê como morador da cidade de Juína. Caso contrário, não teria tido esse acesso ou contato de forma aprofundada. Em visita à aldeia por meio educacional conheci crianças, adolescentes, adultos e idosos durante minha estadia. Neste contato fiz amizades que até hoje tenho contato virtualmente através de mensagens e ligações.

As problemáticas surgem a partir da percepção da mudança de materiais e configurações artísticas dos objetos estudados, uma vez que, a introdução da cultura não indígena sobre a cultura Enawenê Nawê vem trazendo mudanças significativas sobre a arte e/ou artesanato. Portanto, a importância desse estudo está em sua capacidade de afetar positivamente a educação e a preservação cultural da comunidade indígena, ao mesmo tempo em que contribui para debates mais amplos sobre questões patrimoniais e culturais, pois a preservação do patrimônio cultural é vital para manutenção da identidade e herança de um povo. A educação desempenha um papel importante na transmissão desses aspectos culturais às gerações mais jovens. Um estudo que explore a intersecção entre educação e patrimônio cultural pode ajudar a desenvolver abordagens práticas para integrar efetivamente elementos culturais nas práticas educacionais, garantindo que as tradições, a arte e a história sejam mantidas vivas.

Os capítulos desta dissertação se baseiam em uma cronologia temática, começando como a história do contendo sobre os primeiros contatos com os não indígenas e o local onde habitam, seguindo pelo capítulo que aborda a história e/ou mitologia sobre

a origem e rituais do povo Enawenê Nawê, no terceiro capítulo será retratado os aspectos contemporâneos nos modos de vida em relação aos materiais e produtos utilizados na arte e/ou artesanato dos ornamentos e instrumentos, no quarto capítulo será contextualizado sobre a importância do patrimônio educacional na manutenção da cultura e memória e, para finalizar, a conclusão transformada em como fortalecer e manter os objetos pesquisados em sua composição material e imagética.

Figura 01 – Personagem gráfico Enawenê Nawê

Fonte: Autor e Raphael Araujo



Figura 02 - Placa de demarcação padrão Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Fonte: Autor



## 1. AWÊ: Enawenê Nawê, Índio NÃO, Indígena Sim!

A comunidade Enawenê Nawê, objeto deste estudo, antigamente era conhecida como Salumã, são um grupo que habitam no noroeste do Mato Grosso, falantes do tronco linguístico Aruak. A região onde habitam é rica em diversidade sociocultural e abriga vários outros grupos, como os Cinta-Larga, Nambikwara, Rikbatsa, Myky, Irantxe e os Haliti-Paresí, com os quais os Enawenê Nawê mantêm relações de troca e políticas.

Os Enawenê Nawê residem principalmente na aldeia Kotakowinakwa/Doloiwinakwa localizada à margem direita do rio Iquê, cujo curso sinuoso e estreito com troncos submersos torna a navegação perigosa. O rio Iquê deságua no rio Camararé, que por sua vez se conecta ao rio 12 de outubro, um afluente do rio Juruena. O rio Juruena se une ao rio Teles Pires, formando o rio Tapajós, que é um importante afluente do rio Amazonas.

Assim como muitas outras partes da Amazônia, a história e a complexidade dos povos indígenas da região noroeste do Mato Grosso estão relacionadas a um passado longo e intricado. A região noroeste do Mato Grosso apresenta uma heterogeneidade marcante, caracterizada pela coexistência de grupos indígenas com línguas relacionadas a várias famílias linguísticas e troncos, além de línguas isoladas. Há indícios da existência de um grupo indígena sem contato direto com a sociedade regional na área do rio Iquê. Os próprios Enawenê Nawê e os Nambikwara, que também ocupam a região, relatam encontros esporádicos com um pequeno grupo que sempre foge ao ser avistado, sendo denominado de "Yalakololi" pelos Enawenê Nawê e "Yalakolore" pelos Nambikwara.

Na região mencionada, denominada Periferia Regional da Amazônia, há uma continuidade de povos da família linguística Aruak, que se estende da região do Alto Madeira e Montaña, a leste, até o Alto Xingu, no centro. Esse grupo de povos Aruak contribui para a formação da estrutura social regional, sendo que os Enawenê Nawê são parte dessa corrente migratória. Eles fazem parte do chamado "ramo central" Aruak Maipure, assim como os Paresí e os Aruak do Alto Xingu. O fato de os Enawenê Nawê

estarem linguisticamente relacionados aos Paresí é ressaltado com referências a pesquisas sobre fonética e fonologia. O termo "Enawenê Nawê" é desdobrado em suas partes constituintes, onde "enawenê" pode ser traduzido como "povo" ou "gente", enquanto "nawê" se refere a um coletivo no sentido de um conjunto de pessoas.

O contato inicial dos Enawenê Nawê com a sociedade regional ocorreu em 1974, quando foram contatados por uma expedição da MIA (Missão Indígena da Amazônia), uma organização jesuíta. Pouco depois, um programa indigenista coordenado pelo jesuíta Vicente Cañas foi implantado entre eles. No entanto, esse programa foi interrompido devido a interesses de grileiros que resultaram no assassinato de Vicente Cañas, em 1987. A partir desse momento, a OPAN assumiu o trabalho indigenista, desenvolvendo programas abrangentes de educação, economia, saúde e vigilância da terra demarcada. A OPAN adotou uma metodologia de convívios de longa duração nas aldeias, mantendo uma presença constante para oferecer assessoria direta.

Até o início dos anos 2000, os Enawenê Nawê tinham pouca consciência de que eram considerados "índios" pela sociedade regional e classificados como um "povo indígena". Essa percepção só começou a se desenvolver quando eles passaram a se envolver mais com o meio político indígena.

Até 1998, os Enawenê Nawê não usavam a categoria "índio" para se referirem a si mesmos. Essa categoria não se alinhava com o sistema de classificação usados internamente por eles para se referir aos povos que habitavam a mesma região. Pelo contrário, eles usavam termos próprios, como Enoti, para se referirem aos outros grupos étnicos.

Em 2005, trinta anos após o contato inicial com a equipe indigenista liderada pelos jesuítas Thomáz de Aquino Lisboa e Vicente Cañaz, os Enawenê Nawê já tinham passado por mudanças significativas no que diz respeito às relações com a sociedade regional e a consciência de sua identidade étnica. Com o aumento do acesso a cidades da região e a outras áreas com presença indígena, devido à atuação da OPAN e à crescente aproximação da FUNAI, os Enawenê Nawê também se envolveram mais intensamente no movimento indígena nacional.

Nesse contexto, eles perceberam a importância da categoria "índio" no âmbito da política externa e da representação em nível nacional. Reconheceram que o Estado e outros atores os enxergavam de forma padronizada e genérica, sem levar em consideração a diversidade sociocultural que existia entre os povos indígenas. Diante disso, os Enawenê Nawê adotaram uma estratégia de relações políticas que envolveu o uso da categoria "índio" e a ativação do sistema classificador indígena. No entanto, essa estratégia também trouxe a necessidade de lidar com a burocracia e as contradições do Estado, já que o sistema de classificação oficial pode não refletir plenamente a complexidade das identidades e dinâmicas culturais indígenas.

Sob a orientação e assessoria de organizações indigenistas como a MIA e a OPAN, reivindicaram e alcançaram a demarcação de uma terra indígena. Esse processo levou mais de vinte anos e culminou na delimitação de uma área contígua de 742 mil hectares em 1996. Essa terra indígena está situada dentro dos municípios de Comodoro, Juína e Sapezal, na região noroeste do Mato Grosso.

A região onde a terra indígena demarcada é composta predominantemente de cerrado, um tipo de vegetação característica do Brasil central, que contrasta com uma menor parcela de floresta amazônica. O ambiente local é caracterizado como Amazônia Legal, pois devido à vegetação arbustiva de maior porte e densidade que se expande à medida que se avança para o norte. É ressaltada a singularidade ambiental desse ecossistema, que difere tanto do cerrado mais ao sul quanto da floresta amazônica ao norte. A área é caracterizada como um ecótono, uma zona de transição entre diferentes tipos de ecossistemas, mas que possui uma biodiversidade própria e específica. Isso significa que ela não deve ser entendida apenas como uma síntese dos ecossistemas adjacentes nem como uma mera área de transição.



animais da sua dieta tradicional.

A cultura Nawê engloba tabus alimentares que restringem o consumo de certos alimentos em condições de saúde ou momentos fisiológicos específicos. Nesses casos, a purificação é considerada necessária, pois os animais superiores são proibidos em sua dieta, enquanto o milho, a mandioca e o peixe desempenham papéis especiais em sua cosmovisão. Esses alimentos são tratados como seres dotados de atributos humanos, sendo utilizados em rituais. Para a população Nawê, os outros povos indígenas que inseriram outros alimentos em sua cultura, são caracterizados como não indígenas sendo assim o conceito de Índio para os Enawenê Nawê, é absorvida e integrada à sua cosmovisão e modo de vida. Isso pode estar ligado ao envolvimento crescente com os movimentos indígenas.

Além disso, as crenças e práticas em relação ao consumo de água pura é devido ao medo de doenças, sendo assim os Nawê consomem água misturada com outros alimentos naturais, como forma de prevenir problemas de saúde.

A intensificação da participação dos Nawê no movimento indígena regional nos últimos anos está relacionada a ações coletivas que buscam reivindicar direitos junto ao Governo Estadual e Federal, particularmente em relação a questões fundiárias e aos impactos socioambientais resultantes da construção hidrelétricas na região. No entanto, a imprensa tende a ser sensacionalista, apresentando as ações políticas como meras reações a demandas pontuais e imediatas, sem considerar a profundidade histórica, o sensacionalismo dos jornais da região noroeste e do estado Mato Grosso distorcem as complexas adversidades enfrentadas pelos povos indígenas em vez de reconhecer as causas e as histórias por trás dos fatos reais através de uma abordagem jornalística mais aprofundada e contextualizada, que leve em consideração tanto as questões imediatas quanto os fatores históricos e estruturais que contribuem para a situação enfrentada pelos povos indígenas na região. Dessa forma, a compreensão pública das lutas e reivindicações dos povos indígenas pode ser enriquecida e as complexidades da situação podem ser melhor compreendidas.

A região Norte do Rio Juruena é especulada pelo seu potencial em geração de energia hidrelétrica. O complexo Juruena é composto por nove PCHs e duas UHEs, com ligações diretas com a Maggi Energia, uma empresa relacionada a Blairo Maggi, ex-

governador e ex-senador de Mato Grosso e ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil.

Desde 2003, esse projeto de hidrelétricas tem gerado encontros formais e informais entre representantes dos empreendedores, povos indígenas, consultores e audiências públicas, resultando em tensões e conflitos. Os Enawenê Nawê são afetados pelas Hidrelétricas, uma vez a diminuição da oferta de peixes devido ao empreendimento, o que impacta diretamente sua relação com os Yakairiti, seres cosmológicos considerados donos dos peixes e das paisagens. Os Yakairiti, que habitam os subterrâneos, são vistos como poderosos e capazes de causar doenças e mortes caso não sejam adequadamente apaziguados com oferendas de pescados.

A complexa interação entre questões socioambientais, culturais e cosmológicas são enfrentadas diariamente pelos Enawenê Nawê que estão lutando não apenas pela preservação do ambiente natural e dos recursos vitais para sua subsistência, mas também pela manutenção de suas crenças e práticas culturais profundamente entrelaçadas com o ecossistema e a cosmovisão local, pois é preciso considerar as perspectivas dos Nawê ao elaborar projetos de desenvolvimento que possam afetar suas terras e modos de vida.

A vida dos Enawenê Nawê, é imersa em rituais e práticas culturais profundamente arraigadas. Eles mantêm uma relação constante com o cosmos e uma variedade de seres cosmológicos através de rituais diurnos e noturnos, com danças, músicas e alimentos. Esses rituais têm uma importância central em suas vidas e são realizados como parte de uma rede complexa que mantém um estado de vigilância constante.

Os Enawenê Nawê se relacionam com seres do cosmos chamados Yakairiti ou Enore Nawê. Os rituais Yaokwa e Lerohi, estendem-se em expedições de pesca em que constroem barragens para capturar peixes que são usados para alimentá-los durante os rituais, que duram vários meses.

Outra parte importante de sua vida ritual é dedicada aos Enore Nawê, seres celestes que habitam os céus. Os rituais Salomã e Kateoko são realizados em homenagem a esses seres, através da coleta de mel, da dança e do canto. Esses rituais envolvem a participação das mulheres, que tomam o pátio da aldeia com suas danças e cantos. Os

Enore Nawê são vistos como seres alegres e belos, e apesar de também poderem causar doenças ou morte.

Os Enawenê Nawê possuem uma profunda conexão com a esfera espiritual e cosmológica, que molda suas práticas diárias e sua relação com o meio ambiente. Os rituais não apenas são um meio de manter essa relação, mas também de garantir a subsistência por meio da pesca e da coleta de mel.

A relação dos Enawenê Nawê com o espaço e o território, bem como as complexidades das fronteiras e conflitos em sua área de ocupação possuem uma relação especial com os Enore Nawê, seres celestes, e buscam replicar o espaço perfeito habitado por esses seres, erigindo suas aldeias de acordo com essa concepção. A aldeia Kotakowinakwa/Doloiwikwa é considerada a reprodução ideal de aldeia, essa compreensão cosmológica influencia a organização das casas e eles resistem a dividir sua população e corpo social em múltiplas aldeias, apesar do crescimento demográfico.

Conflitos com áreas em torno do Rio Preto tem sido frequente embora não tenha sido incluída no perímetro da demarcação da Terra Indígena em 1996, ela tem um significado especial para os Enawenê Nawê, pois é usada no ritual Yaokwa, que envolve construção de barragens de pesca e acampamentos anuais.

Os Enawenê Nawê têm uma noção complexa de territorialidade que não se alinha completamente com as fronteiras demarcadas, pois para eles, as fronteiras não são apenas demarcadas geograficamente, mas por relações históricas e culturais. Isso reflete uma perspectiva mais profunda e abrangente de como o território é definido e vivido.

O processo demarcatório enfrentou dificuldades e desafios ao longo de duas décadas, incluindo invasões por não indígenas, confrontos violentos e até assassinatos. Esses conflitos tiveram um impacto na delimitação territorial dos Enawenê Nawê, como é o caso da exclusão da área do Rio Preto.

A interação dos Enawenê Nawê com a sociedade regional e os desafios que enfrentam em relação ao avanço do agronegócio, caracterizado pelo cultivo em larga escala da soja e da pecuária essas atividades, embora possam trazer benefícios

econômicos, também podem ser predatórias ao meio ambiente e às formas de vida tradicionais dos Enawenê Nawê. Isso porque pode resultar em perda de recursos naturais, desequilíbrio ambiental e ameaça à cultura e modo de vida.

A população dos Enawenê Nawê atualmente é composta aproximadamente por mil pessoas, concentradas em uma única aldeia chamada Kotakowinakwa/Doloiwikwa. Desde o contato inicial com a sociedade regional, a população tem crescido exponencialmente, seguindo uma tendência de aumento demográfico observada em muitos grupos indígenas no Brasil. Esse aumento pode estar relacionado a fatores como melhorias nas condições de saúde, alimentação e acesso a serviços médicos.

A população dos Enawenê Nawê está organizada em nove clãs, que são divididos em dois grupos: os Aõli (Mairoete, Aweresese, Kawekwarese, Anihiali e Kailore) e os Kahene (Kawenailili, Lulahese, Maolokoli e Kaholase). Essa organização social reflete a estrutura cultural e familiar do grupo e influencia as relações internas e externas da comunidade.

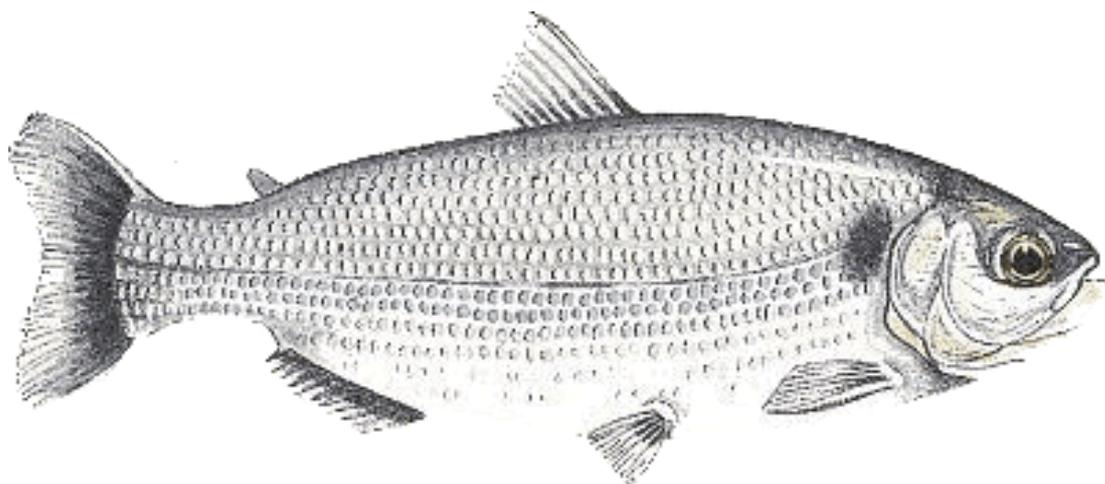
Figura 04 – Vista aérea da Aldeia Kotakowinakwa/Doloiwikwa

Fonte: Autor e Wayali Salumã



## 2. WADARE: Da Pedra viemos, da água sobrevivemos.

Figura 05 – Desenho gráfico peixe: Matrinxã



Fonte: [www.ambientes.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientes.ambientebrasil.com.br)

Wadare é considerado um personagem central na mitologia desses povos, sendo responsável por influenciar e moldar a forma como as comunidades indígenas estão organizadas geograficamente.

Seu papel na organização espacial pode estar relacionado à atribuição de territórios, à definição de áreas de uso, à identificação de locais importantes para rituais ou à estruturação das relações entre diferentes grupos. Wadare pode ser visto como uma figura fundadora que estabeleceu as bases culturais e territoriais para esses povos e suas relações com o ambiente circundante.

Os Enawenê Nawê antes de vir para o mundo físico, habitavam um mundo interior que é descrito como uma pedra. Esse preceito é parte de sua mitologia de origem, que é compartilhada por outros povos da língua Aruak, incluindo a ideia de emergir de um espaço fechado e mínimo para um ambiente aberto e expansivo. Essa concepção de origem é recorrente entre diversos grupos indígenas e reflete suas cosmologias e crenças

sobre a criação do mundo e dos seres humanos.

A ideia de emergir de um espaço interior para um espaço exterior é um tema comum em muitas mitologias indígenas ao redor do mundo. Esse tipo de mito, muitas vezes, expressa a transição da escuridão para a luz, da limitação para a liberdade, e da reclusão para a interação com o mundo exterior, conceito similar do mito da caverna de Platão.

Ao emergirem desse mundo interior, os povos geralmente trazem consigo conhecimentos, culturas e formas de vida que irão definir sua existência na Terra. Para os Enawenê Nawê essa crença da emergência de um mundo interior para o mundo físico ajuda a explicar sua origem, identidade e relação com o ambiente que os cerca. Esses mitos não são apenas narrativas sobre o passado, mas também têm relevância para a organização social, práticas culturais e visão de mundo das comunidades indígenas. Eles fornecem uma compreensão profunda das raízes culturais e espirituais dos povos e como eles se encaixam na história e no cosmos.

O mito de origem dos Enawenê Nawê desempenha um papel fundamental na definição dos princípios da organização espacial e social desse povo. Nesse mito, o herói cultural Wadare desempenha um papel central ao conduzir a ordenação da humanidade e moldar o destino dos Enawenê Nawê no plano terrestre. O mito é uma narrativa mítica que expressa a maneira como os Enawenê Nawê compreendem suas origens, sua relação com o mundo espiritual e sua conexão com o ambiente ao seu redor.

No mito, uma fenda provocada por um raio em uma pedra (representando o mundo interior) simboliza a abertura de um caminho entre dois mundos: o mundo interior e o mundo exterior, onde os Enawenê Nawê passarão a habitar. A ação ocorre quando um pequeno pássaro que sai pela fenda para inspecionar o outro mundo é elemento de exploração e descoberta. Esse pássaro desempenha um papel de mensageiro ou explorador, relatando a Wadare suas observações deste novo mundo.

A existência de Wadare é crucial para a ordenação e organização dos Enawenê Nawê no novo mundo. Ele representa um líder espiritual que orienta os Enawenê Nawê na exploração e ocupação do espaço terrestre, pois o mito sugere que Wadare seja o responsável por estabelecer a direção em que a comunidade se estabelecerá de forma

geográfica e espiritual.

O mito de origem dos Enawenê Nawê é uma narrativa complexa que aborda temas de exploração, criação, liderança, organização social, escolhas e consequências. Ele desempenha um papel fundamental na construção da identidade cultural, organização espacial e visão de mundo desse povo, transmitindo valores, crenças e conhecimentos importantes para sua comunidade sugerindo que o mundo interior, representado pela pedra, era insosso ou desinteressante e o fato do pequeno pássaro ter retornado após um breve reconhecimento e exaltado a beleza da paisagem dos rios e floresta, indica que o novo mundo exterior oferece algo mais atraente e vibrante em comparação com o mundo interior e que após retornar e relatar suas descobertas a Wadare, o pássaro entra em introspecção, ficando pensativo e calado indicando que a experiência o deixou profundamente afetado e reflexivo.

O mito também estabelece uma relação cosmológica com a preferência alimentar dos Enawenê Nawê por peixes. O passarinho seleciona especificamente peixes agulha e traíra para experimentar, o que influencia a preferência alimentar dos Enawenê Nawê. Isso demonstra como o mito de origem não apenas explica a origem do povo, mas também estabelece conexões entre elementos do mundo natural e as práticas culturais cotidianas. O fato de o pássaro exaltar a beleza da paisagem do novo mundo exterior ressalta a importância do ambiente natural na vida dos Enawenê Nawê. A paisagem é valorizada e é parte integrante de sua identidade e cotidiano. Em conjunto, esses elementos do mito de origem contribuem para a compreensão da visão de este povo, sua relação com a natureza e a forma como suas práticas culturais e escolhas são influenciadas pela narrativa mitológica. O mito não apenas conta a história de como o povo emergiu do mundo interior, mas também carrega significados profundos que moldam sua identidade, valores e modo de vida.

Segundo os Enawenê Nawê outro personagem importante foi Laleokoto do mito de origem, ele é considerado o fundador dos Enoti (não indígenas). Isso sugere uma divisão entre os povos indígenas e aqueles que seguiram outro rumo e adotaram um modo de vida diferente.

Sendo assim Wadare é alertado sobre a virtude das tecnologias dos metais, mas

também sobre os problemas, conflitos e doenças que podem surgir a partir delas. Além disso, é relatado que um grupo de mulheres consideradas feias não conseguiu passar pela pequena porta entre os mundos e permaneceram retidas. Esse fato pode simbolizar a ideia de que nem todos os aspectos ou indivíduos do mundo interior são capazes de fazer a transição para o novo mundo. Isso sugere que a seleção natural das mulheres que conseguiram fazer a transição para o novo mundo resultou em uma estética corporal considerada ideal pelos Enawenê Nawê.

Wadare, por meio do uso de uma flauta, construiu a primeira edificação, a Hakolo Yaokwa ou casa das flautas. As notas musicais emitidas pelas flautas fazem com que todo o material construtivo surja do rio Papagaio. A forma cônica dessa casa é mantida até hoje nas construções.

Wayarioko, um dos irmãos de Wadare, mesmo sabendo que a Hakolo Yaokwa era a casa dos espíritos e das flautas se apoderou do lugar e tocou a flauta, que desfez a construção da aldeia, fazendo com que os materiais usados nas construções retornassem ao rio. Os Yakairiti, que também são chamados de Yaokwa, são os donos de todos os materiais das construções da aldeia: troncos e folhas de palmeiras. As formas mágicas das edificações e das obtenções dos alimentos foram perdidas devido a interferências desastradas de parentes, como no caso de Wayarioko que fez com que os Enawenê Nawê realizassem essas tarefas com muito esforço físico, ao contrário da facilidade mágica que seus ancestrais tinham.

A paisagem natural que inclui os rios, as montanhas e as florestas, não foi algo dado pela natureza, mas sim um produto da ação colaborativa dos Enawenê Nawê com Wadare. Isso ressalta a ideia de que a paisagem e o ambiente natural são moldados pela interação entre os seres humanos e o mundo espiritual, demonstrando uma perspectiva culturalmente construída sobre a relação com o ambiente, podemos assim relacionar o conceito Enawenê Nawê em relação ao Patrimônio Natural segundo a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, na sua décima sétima sessão, que diz:

## ARTIGO 2.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio

natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural. (IPHAN, Convenção 1972).

A introdução da categoria de paisagem cultural como parte do patrimônio cultural no Brasil reflete um movimento internacional mais amplo, com raízes na atuação de instituições como a Unesco e o Conselho da Europa. Essa abordagem reconhece a interconexão entre elementos materiais construídos e dinâmicas naturais em determinadas áreas geográficas, bem como os significados sociais atribuídos a essas paisagens ao longo do tempo.

A definição de paisagem cultural envolve a compreensão de sua escala espacial, que se refere a uma determinada porção de território onde elementos materiais e naturais estão inter-relacionados. Esses elementos, como mencionado, não são apenas físicos, mas também carregam significados e valores atribuídos pela sociedade.

Um aspecto fundamental na identificação e preservação das paisagens culturais é o reconhecimento das relações entre os grupos sociais e a natureza ao longo do tempo. Essas relações se manifestam nas formas de uso e apropriação da natureza pelo trabalho humano, deixando marcas na morfologia da paisagem e nos valores culturais associados a ela.

A perspectiva da paisagem abrange tanto a dimensão natural quanto a cultural. Na dimensão cultural, a influência humana no meio físico e biológico adiciona camadas de complexidade à paisagem. A cultura de um povo deixa marcas na paisagem, seja por meio de construções, modos de vida, tradições ou outras expressões culturais. No caso do Brasil, a diversidade cultural é evidente na paisagem, com sítios arqueológicos,

manifestações culturais e transformações históricas que testemunham a rica trajetória do país, pois é conjunto de informações sobre atividades humanas passadas relacionada às mudanças na própria paisagem, e a paisagem em si não é apenas espacial, mas também temporal. Ela guarda vestígios do passado geológico, paleontológico e arqueológico, enquanto também reflete as transformações culturais ocorridas ao longo da história humana.

Alguns estudos têm demonstrado como a ação humana influenciou e moldou o ambiente, mesmo em regiões que parecem ser predominantemente naturais, sendo assim os Enawenê Nawê expõem sua forma de ver o mundo, a organização de sua sociedade, a relação com os espíritos e a natureza, e as lições sobre decisões e ações impulsivas.

Para os Enawenê Nawê a paisagem se forma a partir da queda de uma árvore gigantesca chamada Atahixuane. Nesse momento, a superfície terrestre era absolutamente plana e sem vegetação. Wadare, acompanhado pelos Enawenê Nawê, derruba essa árvore, e essa queda resulta na formação dos leitos dos rios, nas ondulações do relevo e na cobertura vegetal, formando assim dois planos do cosmos: o horizontal e o vertical. No plano horizontal, à medida que se afasta da região da queda da árvore, os rios se tornam mais caudalosos e as águas ocupam um espaço cada vez maior. No plano vertical, essa paisagem natural está situada entre um patamar cósmico subterrâneo, habitado pelos espíritos Iakayreti, e um patamar celeste, onde residem os espíritos ancestrais, conhecidos como Enore Nawê.

Figura 06 – Indígena Enawenê Nawê banhando no Rio Iquê



Fonte: Autor

Essa narrativa mítica dos Enawenê Nawê oferece uma explicação para a origem da paisagem natural e como ela está inserida nos diferentes planos do cosmos, estabelecendo uma conexão entre o mundo terrestre, o subterrâneo e o celeste.

A complexa relação entre a natureza que está em constante evolução e a cosmovisão dos Enawenê Nawê é profunda e abrange a trajetória desde o surgimento até o estabelecer na terra. Como em muitas culturas indígenas, suas narrativas míticas entrelaçam elementos espirituais, históricos, geográficos e sociais, formando uma tapeçaria intrincada de significados e conexões.

A mitologia de origem Enawenê Nawê é como montar um quebra-cabeça. Essa natureza em constante evolução do entendimento ressalta a profundidade da cosmovisão e a necessidade de uma abordagem sensível e rigorosa, para compreender de maneira precisa as narrativas mítica. Entender e ter um domínio profundo da língua Aruak não basta; é preciso contar com apoio local e dos anciãos da comunidade, pois eles detêm o conhecimento tradicional e as nuances linguísticas necessárias para transmitir as narrativas de maneira autêntica.

Os anciãos são os guardiões do conhecimento mítico e cultural. No entanto, eles também podem enfrentar desafios linguísticos, pois muitos deles não têm convivência com a língua portuguesa, que é necessária para se comunicar com os pesquisadores e antropólogos, criando assim um desafio na transmissão das narrativas.

O uso da língua Aruaque e/ou Enatem Nave é fundamental para garantir a veracidade das narrativas mitológicas. A simplificação da língua para comunicação com não indígenas pode resultar na perda de significados mais profundos presentes nas histórias antigas, pois o estudo da mitologia Enawenê Nawê requer uma abordagem de aprendizado mútuo, respeitando os conhecimentos tradicionais e as perspectivas dos anciãos.

A trajetória dos Enawenê Nawê desde o início da sua instalação na região da cabeceira do rio Papagaio envolveu desastres e mudanças cósmicas, como a presença de dois sóis, que foi solucionada com a conquista do fogo. A noite também teve um papel crucial na organização e definição do espaço de ocupação e exploração dos Enawenê Nawê no plano terrestre.

A mitologia de origem explica que diferentes clãs foram os primeiros a sair pela porta aberta na pedra, estabelecendo uma hierarquia social que persiste até hoje. Algumas versões enfatizam que as mulheres foram as primeiras a sair, o que influenciou a relação delas com os aspectos culturais e cosmológicos, como o uso das raízes, que produzem espuma quando esfregadas ao corpo associando o fato da filha de um Yakairiti que viu as flautas Yaokwa e, por isso, foi condenada à morte. A purificação com as raízes anulou o efeito mortífero, e esse acontecimento é relacionado a cachoeira que existe no rio Juruena, relacionado a área geográfica com a espuma.

Uma estrofe musical entoada durante o ritual Salomã menciona a aldeia dos peixes no alto rio Juruena. Isso destaca a importância dos recursos hídricos para os Enawenê Nawê e sua relação com a paisagem e os rios da região. No geral, a mitologia dos Enawenê Nawê mistura elementos cósmicos, geográficos, sociais e culturais para explicar a sua origem, organização espacial e relação com o mundo natural ao seu redor. A compreensão dessa mitologia requer uma abordagem sensível, linguística precisa e colaboração com os anciãos da comunidade para capturar a profundidade e a complexidade das narrativas pois

para os Enawenê Nawê existem seres além dos humanos que ocupam a superfície terrestre e diferentes planos cósmicos.

**HANAWINA MAIÕIO AYLIKYWANA  
TOXIWINA MAIÕIO AYLIKYWANA  
NEMANINTALO DALOEKOLO  
TOKWEKAYTINERO**

**Na cachoeira de Hanawina faz muito barulho**

**Na cachoeira de Toxiwina faz muito barulho**

**Assim falou Daloekolo**

**A avó dos Enawenê**

Durante o período da seca, os rituais são dedicados aos espíritos subterrâneos chamados Lerohi. Esses rituais envolvem o plantio de mandioca e a pescaria nas proximidades da aldeia. Com o início das chuvas, os rituais são direcionados a Salumã, outra categoria de espíritos, e envolvem a coleta do mel. Durante a cheia, os Enawenê Nawê organizam rituais voltados para Kateoko, que são os espíritos celestiais. Esses rituais são associados ao plantio do milho. Na vazante são realizadas as atividades de pesca de barragem e desenvolvem rituais voltados aos Yaokwa, que são espíritos que habitam o patamar subterrâneo.

Os rituais refletem a complexa relação dos indígenas com o mundo sobrenatural, marcada por diferentes categorias de espíritos e pela realização de práticas ritualísticas específicas para cada período do ano. Essas atividades não apenas atendem às necessidades de subsistência da comunidade, mas também reforçam a conexão espiritual e simbólica entre os Enawenê Nawê e os seres sobrenaturais.

Salumã e Kateoko são considerados espíritos celestiais, e acredita-se que Kateoko é irmã de Yaokwa e Lerohi, que são espíritos subterrâneos. Essas relações entre os espíritos têm implicações significativas na cosmovisão dos Enawenê Nawê.

Salumã é associado a Kateoko como um marido, formando uma relação especial entre esses dois espíritos celestiais. A relação com Yaokwa e Lerohi é marcada por uma sensação de obrigação e alteridade, sugerindo uma dinâmica complexa em que os Enawenê Nawê interagem com esses espíritos de maneira específica, provavelmente por meio de rituais e atividades.

Os Yakairiti são uma outra categoria de espíritos que têm um papel importante na vida dos Enawenê Nawê. Eles são responsáveis pelo controle da produção das pescarias de barragem e das espécies cultivadas. Habitam lugares diversos, como encostas, morros, cachoeiras e margens dos rios. Os Yakairiti são vistos como seres perversos e predadores. Suas expressões se manifestam por meio de lamentos e gemidos, e eles podem representar uma ameaça à tranquilidade social da comunidade. A relação com esses espíritos é caracterizada por trocas de produtos, comidas, danças e cantos, mas também contém elementos de obrigação e hostilidade, refletindo a complexidade das interações entre humanos e espíritos.

Kateoko e Salumã, habitantes do patamar celeste, são considerados Enore Nawê. A relação com esses espíritos é marcada por proximidade, indicando uma dinâmica diferente daquela com os espíritos subterrâneos. Essa variação nas relações espirituais reflete a diversidade das crenças dos Enawenê Nawê, bem como a maneira como eles entendem o mundo espiritual e sua interação com ele.

Os Enore Nawê são considerados espíritos celestiais perfeitos, cheirosos e bonitos, habitantes de uma aldeia ideal onde convivem com abundância de alimentos. Eles são os ancestrais consanguíneos dos Enawenê Nawê, sendo considerados como seus avós. Esses espíritos celestiais são associados a espécies de aves, ervas e mel, e os rituais que envolvem os Enore Nawê são marcados por sentimentos de liberdade.

Por outro lado, existem os Dakoti, que se originam das sombras das pessoas mortas. Esses seres transitam pela floresta durante a noite, nos arredores da aldeia, nas roças e lagoas ao longo dos rios. Eles se alimentam de fungos e insetos. A crença é que cada pessoa que morre se transforma em: Dakoti (sombra dos mortos), Enore Nawê (espíritos celestiais) e Yakairiti (espíritos subterrâneos).

Na superfície terrestre vivem os humanos, os próprios Enawenê Nawê, e os

animais, que também foram Enawenê Nawê em um passado distante. Essa crença conecta a humanidade e a natureza, sugerindo uma unidade ancestral. Os rituais realizados pelos Enawenê Nawê variam conforme a relação com as diferentes categorias de seres sobrenaturais. Os rituais Salumã e Kateoko são desenvolvidos para os Enore Nawê, indicando um clima de liberdade e proximidade, enquanto os rituais Yaokwa e Lerohi são realizados para os Yakairiti, marcando uma relação de alteridade.

A subsistência dos Enawenê Nawê baseia-se na pesca, agricultura e coleta de produtos. O peixe é a principal fonte de proteína animal, e os Enawenê Nawê desenvolveram habilidades técnicas ao longo do tempo para a pescaria, utilizando diferentes métodos como arco e flecha, armadilhas, anzóis e barragens de pesca. A rede de trocas com os seres sobrenaturais é uma parte fundamental da produção alimentar e da vida cotidiana dos Enawenê Nawê, conectando sua cultura e espiritualidade.

As barragens de pesca são construídas durante os meses de fevereiro a abril, a certa distância da aldeia. A participação é restrita aos homens, que se organizam em grupos de mesmos parentescos. Esses pescadores se dividem entre diferentes rios, representando os espíritos subterrâneos chamados Yaokwa, e seguem uma lógica de distribuição territorial ensinada por seus antepassados.

Enquanto um grupo está nas barragens de pesca, outro permanece na aldeia, chamado de Harikare. Esses são os anfitriões dos grandes rituais e têm responsabilidades como limpar os caminhos, colher e produzir alimentos, além de fabricar o sal vegetal. O papel dos Harikare também envolve receber os Yaokwa, grupos de Enawenê Nawê que se vestem como espíritos subterrâneos e retornam das barragens de pesca após dois meses de pescaria. Toda essa dinâmica é parte do ritual Yaokwa.

Os Enawenê Nawê também utilizam a pescaria com venenos vegetais em lagoas próximas aos rios. Essa prática ocorre durante a estação seca e no início das chuvas, entre os meses de agosto a dezembro. Eles utilizam uma combinação de cipó e casca de árvore que, quando preparada, se transforma em um veneno que sufoca os peixes.

Além da pesca, a coleta de recursos é uma parte vital da vida desse povo. Frutas, mel, cogumelos e insetos são produtos muito apreciados. O sal vegetal produzido não é usado no dia a dia, mas é destinado principalmente aos rituais oferecidos aos espíritos subterrâneos: Yaokwa e Lerohi. Esse sal é fabricado através de uma técnica que envolve

a queima e produção de cinzas de uma palmeira, que depois é fervida até se transformar em sal.

O mel também tem um papel significativo na alimentação, é consumido tanto na forma natural quanto misturado com água chamado de mala e utilizado como presente para Kateoko. Essas práticas de coleta estão profundamente interligadas com as crenças espirituais.

A agricultura dos Enawenê Nawê é centrada no cultivo da mandioca e do milho, que desempenham um papel importante na alimentação e nos rituais dessa etnia. As roças de mandioca são localizadas nas proximidades da aldeia e podem ser colhidas em qualquer época do ano. O cultivo da mandioca é fundamental para suprir as necessidades das famílias e dos rituais. O povo mantém duas roças permanentes de mandioca: uma pronta para a colheita e outra em processo de cultivo. Essas roças podem ser coletivas ou familiares, dependendo da ocasião. Diversos pratos são preparados com a mandioca, incluindo o beiju, sucos fermentados, mingaus e pirão. Além disso, as folhas e raízes da mandioca também são consumidas após cozidas ou assadas.

As roças de milho estão localizadas a uma certa distância da aldeia, essas regiões são particularmente férteis, possuindo solo escuro e ótimas condições para o plantio do milho. Eles cultivam quatro variedades de milho, a partir das quais produzem diversos tipos de bolos, mingaus e sopas. O plantio do milho ocorre entre os meses de julho e setembro.

Tanto a mandioca quanto o milho não são apenas fontes de alimentação, mas também têm importância ritual e cultural para os Enawenê Nawê. O cultivo, a preparação e o consumo desses alimentos estão inseridos nas práticas cotidianas e ritualísticas dessa etnia, estando intimamente ligadas às suas crenças e tradições.

A aldeia atual dos Enawenê Nawê foi construída no final de 2021 e início de 2022 e possui uma configuração específica que reflete aspectos culturais e rituais desse povo. A aldeia é composta por 50 (cinquenta) casas dispostas em um arranjo circular. No centro dessa disposição encontra-se uma casa central, conhecida como a casa do Yaokwa ou a casa das flautas. O interior dessa casa abriga as flautas dos clãs e é também considerada

a morada dos seres sobrenaturais. A disposição das flautas dentro da casa de Yaokwa reflete o padrão de residência que espalha os clãs entre essas flautas, indicando a organização social e cultural do povo.

No sentido leste da casa do Yaokwa, existe um caminho conhecido como caminho do Yaokwa, que leva às roças dos rituais da mandioca. Esse caminho é de grande importância ritual e representa uma conexão com os aspectos sagrados da cultura dos Enawenê Nawê.

As disposições das casas e casa de Yaokwa associada aos caminhos e roças refletem a relação profunda entre os aspectos cotidianos e espirituais da vida dos Enawenê Nawê, destacando a interconexão entre a organização da aldeia, as práticas agrícolas e as crenças culturais desse povo. No interior das casas, os Enawenê Nawê se organizam em diferentes grupos, levando em consideração as estruturas familiares e sociais que regem sua vida cotidiana.

Os habitantes de uma casa comunal, membros de um grupo residencial, são responsáveis por sua construção e pelos constantes cuidados de conservação e manutenção deste espaço. Mais frequentemente, um grupo residencial agrega dois a três grupos domésticos. Em casos excepcionais, pode abrigar mais de três ou apenas um desses grupos. O interior da casa é dividido em seções residenciais, separadas por áreas de circulação comuns. Cada seção é ocupada por um grupo doméstico, que aí organiza as repartições familiares, a cozinha e a despensa.

Cada grupo doméstico cultiva uma ou mais roças de milho e organiza grandes expedições de coleta de frutos silvestres. As repartições familiares correspondem a pequenos espaços normalmente cercados por paredes de palha onde um casal e seus filhos solteiros se reúnem à noite em torno de uma fogueira. Este pequeno grupo familiar mantém uma roça de mandioca, de meio hectare aproximadamente, e periodicamente promove a coleta de insetos comestíveis e a pesca em pequena escala. (SILVA, Márcio, 2000)

Os clãs têm uma influência significativa na organização social dos Enawenê Nawê. Os clãs são distribuídos entre as diferentes casas e desempenham um papel fundamental nas

práticas econômicas e matrimoniais.

Atualmente, os Enawenê Nawê estão organizados em nove clãs distintos, cada um com sua própria identidade, tradições e responsabilidades específicas. Esses clãs são: Kawekwarese, Aweresese, Anihiare, Kawinariri, Kailore, Lulahese, Mairoete, Maolokori e Kaholase.

Cada clã contribuiu para o novo grupo unificado com conhecimentos, habilidades e características únicas. Por exemplo, os Anihiare trouxeram ensinamentos sobre não comer carne de caça e compartilharam conhecimentos sobre enfeites penianos, braceletes de algodão e seda de buriti, caneleiras de borracha feminina, fios de algodão e corte de cabelo. Os Kayrole trouxeram mitos de origem da humanidade, tipos específicos de flauta e armadilhas de pesca coletiva. O clã Aweresese contribuiu com elementos como colares, braceletes, cintos e pulseiras de tucum, jogos de bola de cabeça, tecnologia de construção de casas e barragens de pesca, entre outros.

A distribuição e associação dos clãs são baseadas em associações históricas configuradas nos revezamentos rituais. No contexto desses rituais, um clã principal, aõre, se associa a um ou mais clãs, kahene, para desempenhar a função de harekare, que são os anfitriões do ritual, durante um período de dois anos.

Um exemplo desse papel dos clãs acontece no ritual Yaokwa, que é destinado aos espíritos Yakairiti. Nesse ritual, todos os homens adultos de um clã principal e de um ou mais clãs passam a ser conhecidos como harekare e desempenham a função de anfitriões. Enquanto os harekare permanecem na aldeia, cultivando alimentos como milho e mandioca, fabricando sal vegetal e preparando comida, os outros homens, chamados de Yaokwa, são organizados em grupos e partem para pescarias de barragem nos rios da região.

Apenas os clãs principais seguem o princípio de rodízio para definir a ordem dos clãs anfitriões nos revezamentos rituais. Esses rituais não apenas desempenham um papel importante na coesão da comunidade Enawenê Nawê, mas também refletem a complexa organização social e a relação intrincada entre os diferentes clãs.

Os clãs não são apenas unidades matrimoniais e responsáveis pelas atividades do calendário ritual, mas também desempenham um papel fundamental na organização e ordem de diversos aspectos da vida social e cosmológica da comunidade. Cada clã está associado a dois conjuntos distintos de seres sobrenaturais: os Enore Nawê, espíritos celestiais, e os Yakairiti, que são espíritos da paisagem e/ou subterrâneos.

Dentro dessa estrutura, os Enawenê Nawê mantêm uma ordem precisa e uma sequência paralela dos Enore Nawê em relação às posições e representações clânicas. Essa ordem também está ligada ao local específico onde se acredita que cada pessoa habitará após a morte. No entanto, é importante notar que, embora os clãs celestiais representem todos os clãs existentes na sociedade Enawenê Nawê, o número de divindades em cada clã celestial não corresponde exatamente ao número de ancestrais que morreram ao longo da história de cada grupo, isso sugere que nem todo indivíduo falecido contribui automaticamente para adicionar um nome à representação celeste de seu clã. Essa discrepância pode estar relacionada a critérios de seleção que determinam quais indivíduos são elevados à posição de Enore Nawê após a morte.

Figura 07 – Margem do Rio Juruena

Fonte: Autor



### 3. YAOKWA

O Ritual Yaokwa é a mais longa e importante celebração realizada por este povo indígena, que se expandem nos aspectos de sociedade, cultura e natureza. Fundamentado pela cosmologia e pelos ciclos naturais, seguindo um calendário que incorpora complexas relações simbólicas. Ele ocorre quando se dá a saída dos homens para a realização da pesca coletiva de barragem. Essa prática se constitui em traço diacrítico do complexo sócio cosmológico Enawenê Nawê e é considerada o ponto alto do ritual e o grande emblema da etnia.

Através da realização do Yaokwa, os Enawenê Nawê expressam suas concepções através da memória, dos mitos e do canto, do sopro das flautas e esse ritual não pode ser dissociada dos elementos da sociedade, da cultura e da natureza, pois todos esses aspectos estão interligados e interdependentes na visão de mundo dos Enawenê Nawê.

Não se toma a sua perspectiva no ritual: o ritual não é o humano enquanto espírito, nem o humano comunicando-se com os espíritos; não é a suspensão do tempo cotidiano, nem o tempo da alteração das condições normais de percepção [...]; se se trata da agência sobrenatural de base (espíritos, seres subterrâneos ou celestes, enfim) aliada à vitalidade humana (mas não apenas), significa que a agência-vitalritual é cósmica, mas o cósmico não enquanto reflexão simbólico-idealista do humano no cosmos, mas como rebatimento afetante do ritmo cósmico sobre os povos, espécies, compósitos entre estas, múltiplos e díspares [nawe] – noção que no presente contexto parece ser mais pertinente do que a de humanidade. (LIMA RODGERS, Ana Paula & RODGERS, David; 2006)

A manifestação cultural, já protegida no Brasil desde novembro de 2010, tem agora os cuidados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura, esse ritual é considerado a principal cerimônia do complexo calendário ritual dos Enawenê Nawê, com duração de sete meses.

O princípio do calendário anual Nawê é definido pelo ritual Yaokwa, quando se dá a saída dos homens para a realização da maior de suas pescas – a pesca coletiva de

barragem.

Para que o ritual seja realizado, o povo Enawenê Nawê se divide entre os Harikare e os Yaokwa, em conformidade com os clãs que organizam sua sociedade. Os Harikare são os anfitriões, ou seja, os responsáveis pela organização do ritual e, como tais, permanecem na aldeia junto às mulheres, devendo preparar o sal vegetal, cuidar da lenha, acender o fogo e oferecer os alimentos, assim como limpar o pátio e os caminhos. Já os Yaokwa são os pescadores, que partem em expedições para acumular uma grande quantidade de peixe defumado e, assim, poder retornar para a aldeia e oferecer a pesca aos Yakairiti.

O plano terrestre “[...] se situa entre o patamar cósmico subterrâneo, povoado por espíritos predadores (os yakairiti), e o celeste, onde moram seus espíritos ancestrais (os enore- nawe). Estes três mundos correspondem a esferas de sociabilidade distintas, mas, como veremos, inextricavelmente imbricadas”.<sup>182</sup> Essa imbricação é observada pelos próprios Enawene Nawe, de forma exaustiva, através de rituais nos quais músicas, danças, comidas e bebidas oferecidas aos seres de cima e aos de baixo compõem uma troca incessante que garante a sobrevivência humana no horizonte terrestre sob a ação dos xamãs, que estabelecem comunicação direta com Enoli Nawe e Yakaility. É por isso que os Enawene Nawe depositam confiança total e incontestável nos sotaility e sotakataly. (SOUZA, EDISON RODRIGUES; 2011)

Segundo Gilton Mendes dos Santos, no livro *Da Cultura à Natureza: um estudo do cosmos e da ecologia dos Enawenê Nawê*, o ritual é considerado:

O ritual é, assim, a única coisa que se pode ser: é uma lida, uma dança, uma contra-dança, uma negociação extremamente sensível, perceptiva, de espírito para espírito. De bloco (clânico) de yakayriti para bloco (clânico) de yakayriti; ou ainda de enore nawe (povo celeste) para yakayriti. Seja qual for a modalidade, trata-se de uma guerra de titãs, aliança entre titãs, sempre. Os Enawene Nawe estão no meio, habitam os patamares do meio, são o meio: são como a cartilagem entre os ossos e os músculos - foco vital indispensável à articulação, articulação, entretanto jamais humanamente egocentrada. Uma flecha-raio celeste, vinda de cima (enore nawe) para baixo (yakayriti), pode eventualmente pegá-los desprevenidos, [...]

No mês de janeiro, a população masculina, das crianças aos idosos, se retira da em direção as barragens. Entre os meses de fevereiro a abril, com exceção das mulheres, crianças pequenas e dos homens pertencentes aos clãs que cumprem, naquele período, o

papel de anfitriões.

As barragens ou acampamentos de pesca são construídos em pontos específicos do território Enawenê Nawê, próximo às margens de rios de médio porte: rio Joaquim Rios, rio Arimena e rio Preto e rio Nambikwara.

Os anfitriões ficam responsáveis pelas roças e preparo do sal, nesse período que antecede a ida dos Yaokwa para as barragens, enquanto os futuros pescadores se dedicam ao feitiço de indumentárias e à coleta da matéria-prima de confecção das armadilhas de pesca – Mata. A armadilha Mata corresponde ao tórax e abdômen no corpo masculino, é a cintura de Dokoi.

O ritual também é marcado pela entonação de cantos realizados pelos homens mais velhos, que passam de madrugada pelas casas, esses cantos avisam que chegou o momento da partida para as barragens de pesca. Na aldeia, os anfitriões executam danças e cantos no pátio, bem como no interior da Casa do Yaokwa.

Os Enawenê Nawê escolhem um mestre de cerimônia que guiará a pesca, dá as orientações sobre a saída dos homens e organizam a partida; oferecimento de sal aos Yakairiti no acampamento. Durante todo o ritual os Enawenê Nawê acreditam ser importante estabelecer uma relação de troca constante com esses espíritos para manter a ordem social e cósmica, trocas estas que ocorrem por meio de um complexo ciclo ritual que se distribui ao longo do ano.

O consumo do sal simboliza o pacto entre humanos e espíritos. Na volta para a aldeia, os pescadores, mais uma vez representando os seres do mundo subterrâneo, enfrentam os moradores que ficaram cuidando das roças. Depois dos cantos rituais, trocam peixes por bebidas preparadas com mandioca e milho. Nos meses seguintes, os alimentos usados nas trocas são consumidos em banquetes noturnos, à luz de fogueiras, com música, cantos e danças.

Orientado pela cosmologia Enawene e regulado pelos ciclos da natureza, o Ritual Yaokwa integra complexas relações de ordem simbólica e articula domínios distintos, porém indissociáveis e interdependentes da sociedade, da cultura e da natureza. Para que

ele seja realizado, é necessário que se satisfaça um conjunto de elementos que estrutura, material e imaterialmente, performances específicas. Estes elementos envolvem determinadas condições ambientais que garantem a obtenção dos produtos animais e vegetais necessários à execução do rito. Engloba também um repertório de tradições orais, danças, cantos, instrumentos e outros saberes tradicionais. (RODRIGUES IOLITA; 2013)

O ritual Yaokwa se relaciona entre as aldeias celeste e a aldeia dos Enawenê Nawê. A Casa das Flautas, com seu formato cônico e a entrada voltada para o leste, parece desempenhar um papel central no ritual. Além disso, mencionou o confronto entre os Hahekare, que saem da Casa das Flautas, e os Yaokwa, que chegam na aldeia de forma silenciosa.

Os adornos e vestimentas utilizadas têm uma grande relação com o Buriti, pois o fruto desempenha um papel fundamental na cultura dos Enawenê Nawê, que vai da indumentária à alimentação. Após ser coletado e desfiado, passa por um extenso processo de lavagem e fervura. Isso é feito para limpar e preparar as fibras do buriti, tornando-as adequadas para uso na confecção de roupas e acessórios. A etapa subsequente envolve o desbaste, a secagem e o penteamento das fibras, criando uma textura sedosa. Dependendo do tipo de peça do figurino ou adorno que está sendo criado, as fibras de buriti são agrupadas em feixes dessa seda fibrosa e amarradas com algodão, formando cinturões drapeados, trançados ou torcidos. Esses cinturões e outros elementos podem ser usados para criar uma variedade de acessórios, como braceletes, colarinhos, gravatas e outros adereços.

A importância das penas de aves na criação do conjunto plumário dos Enawenê Nawê, bem como o processo de seleção, corte e montagem dessas penas em braceletes, colares e cocares passam por um processo cuidadoso para confecção dos adornos. As penas de mutum e gavião, por sua beleza e significado simbólico, são utilizadas de maneira especial. As penas de papagaio, por outro lado, são usadas para dar uma coloração amarela, e a técnica da tapiragem<sup>1</sup> é empregada para modificar o colorido original. Essas

---

<sup>1</sup> É uma técnica que modifica a coloração das penas do rabo de um papagaio, usando uma substância tóxica obtida a partir de uma espécie de anfíbio de hábitos noturnos que os indígenas extraem uma substância tóxica das glândulas localizadas no dorso do anfíbio. Com a ajuda de uma pena, a substância tóxica é aplicada no uropígio do papagaio. Após a aplicação da substância tóxica, a pena é reinserida acima da cloaca do papagaio. O local exato da aplicação da substância tóxica (a glândula uropigial) permite que o princípio ativo se conecte ao sistema nervoso da ave, resultando na modificação da coloração das penas do rabo.

penas de papagaio são usadas principalmente em cocares, que têm um papel imponente nas peças rituais e simbolizam a força e a jornada cosmológica.

As mulheres ficam com a responsabilidade da produção alimentar do ritual, tais como bijus, sopas e mingaus. Os alimentos cerimoniais são preparados a partir do milho e da mandioca, os dois ingredientes principais da alimentação Enawenê Nawê. A produção desses alimentos exigem um trabalho dedicado por parte das mulheres, pois inclui desde o plantio e a colheita da roça específica do ritual Yaokwa, que é plantada em uma sequência de dois anos. Essa sequência é representada pelos Enawenê Nawê em forma circular. A lógica por trás dessa sequência pode estar relacionada à produtividade da terra e ao calendário cerimonial da comunidade.

A manutenção e reprodução do Ritual Yaokwa dependem da garantia da biodiversidade que caracteriza a região e a integridade das lógicas que regem os sistemas de produção e transmissão dos conhecimentos. Os adornos e instrumentos são outra característica deste ritual, as cores diversas vistas nas penas de pássaros tratadas e coloridas pelas mulheres, assim como os vários instrumentos que são confeccionados e utilizados para trazer a conexão com os espíritos. Os instrumentos mais usados são as flautas e os chocalhos feitos de bambus e cabaças de diversos tipos e tamanhos.

Os instrumentos ficam em uma construção denominada hati, local onde são armazenados os instrumentos musicais, associados aos grupos iyaõkwa. Especificamente a hati, edificação de formato cônico, remete à arquitetura da toponímia cósmica, uma referência a morada dos iyakaliti e também a pedra lócus da gênese enawene-nawe. Na literatura foi também denominada como casa dos clãs (SILVA 1998), casa do yaõkwa (JAKUBASZKO; 2003), casa dos homens e casa das flautas (MENDES DOS SANTOS; 2006).

Segunda a narrativa dos Enawenê Nawê, Wadare, após à distribuição dos povos pelo novo mundo, usa uma flauta e magicamente constrói a primeira edificação, a Yaõkwa Hakolo (casa das flautas), também denominada haity<sup>2</sup>.

O Haity, é um espaço peculiar onde ficam armazenados os instrumentos musicais,

---

<sup>2</sup> É a casa comunal, enquanto entre os Enawenê Nawê somente a casa das flautas pode assim ser denominada.

o ideal é que esses instrumentos não sejam manipulados de forma inadequada para não serem danificados.

Os instrumentos, sobretudo os aerofones, são objetos de grande apreço pelos iyakaliti. Dizem os Enawene-Nawe que as flautas são como cuias, por meio das quais os iyakaliti se alimentam. (LIMA RODGERS; 2014: 379)

Há uma preocupação com o acabamento dos instrumentos musicais, por esse grupo indígena acreditar que cada detalhe pode representar diferentes domínios ocupados pelos conjuntos de espíritos dos distintos grupos ou clãs<sup>3</sup>.

Os clãs comportam distinções como papéis, funções, atribuições, dialetos, técnicas e saberes, estoques de nomes, repertórios de narrativas míticas, canções e instrumentos musicais, performances rituais, enfim, todos aqueles elementos que são de importância capital para a composição da sociedade Enawene Nawe. (JAKUBASZKO, ANDREA; 2010)

Em razão disso é importante estar atento as diferenças e marcas apresentadas, como por exemplo, a pirografia de desenhos de animais nos instrumentos musicais. Cada clã – Yaokwa – tem um lugar demarcado no território, uma origem que remonta um passado muito remoto e conjuga grupos de pessoas, espíritos, paisagens, recursos, saberes e instrumentos musicais. Cada grupo ritual toca um instrumento diferente, relacionada a um grupo de espíritos. Os instrumentos são tocados simultaneamente, no pátio central da aldeia

Os instrumentos musicais do Yaokwa são também antropomórficos, ou seja, compreendidos como gente e enfeitados como eles, ambas as suas vestes (dos homens e das flautas), são feitas de palha amarrada (esoana) que são, também, associadas às cobras (que os Yakairiti portam enroladas no braço), remetendo-se aos modos Yakairiti. Assim, as referências de ancestralidade e destino estão simbolizadas pela presença do Caminho e da Casa de Yaokwa e pelos instrumentos musicais e seres sobrenaturais que a habitam, representando a materialização do significado de Yaokwa – expressão da

---

<sup>3</sup> A população Enawenê Nawê é distribuída em nove clãs, os quais são divididos em dois grupos, os Aõli: Mairoete, Aweresese, Kawekwarese, Anihiali e Kailore; e os Kahene: Kawenailili, Lolahese, Maolokoli e Kaholase.

integralidade do ser Enawene Nawe – conjunto de Pessoas, Espíritos e Flautas. ( JAKUBASZKO, ANDREA; 2010)

### **3.1 HAKOLO (CASA)**

O mito de origem da Hakolo/Casa do Yaokwa está ligado à figura de Wadare, que segundo a tradição, tocou uma flauta e os paus emergiram da água, empilhando-se para formar a casa e, posteriormente, as casas da aldeia. No entanto, Ayareoko, irmão de Wadare, desobedeceu ao tocar sua flauta, fazendo com que os paus voltassem para a água, desfazendo as construções. Esse mito enfatiza a importância da construção correta da Casa do Yaokwa e como ela é central na ordenação espacial e social da aldeia.

A Hakolo do Yaokwa é a primeira estrutura a ser construída em qualquer aldeia Enawenê Nawê, e ela serve como orientação para a disposição das demais construções. Uma vez concluída, abriga os instrumentos musicais em seu interior, de acordo com as posições designadas desde a formação da sociedade Enawenê Nawê. A casa é considerada o núcleo georreferenciador que oferece as coordenadas cósmicas que moldam a estrutura social da comunidade. É também o ponto de partida da construção da aldeia, simbolizando a origem e o início do princípio social, marcando um espaço-tempo.

A Hakolo, portanto, desempenha um papel crucial não apenas nos rituais e práticas cerimoniais dos Enawenê Nawê, mas também na construção de sua identidade, estrutura social e conexão com o cosmos. Sua construção e significado são profundamente

enraizados na cosmologia e mitologia dessa sociedade indígena.

A estrutura da aldeia é projetada de forma a refletir a onipresença dos espíritos Enore Nawê e Yakairiti. Isso é evidenciado tanto pela disposição das casas de acordo com um padrão celeste quanto pelo uso das matérias-primas e recursos associados aos Yakairiti, que parecem ser essenciais na construção e manutenção da aldeia.

A Hakolo Yaokwa é uma estrutura fundamental na aldeia. Ela é projetada de forma cônica e abriga um único pilar central, que tem um significado importante. Essa casa não apenas serve como um espaço físico, mas também possui um profundo significado simbólico e espiritual para os Enawenê Nawê, é única entre as edificações da aldeia porque é a única em que todos participam da construção. Isso a torna central na comunidade, não apenas como um espaço físico, mas também como um lugar de colaboração e coesão social.

O processo de construção da Casa do Yaokwa começa com a limpeza do terreno e a preparação do local. Durante esse processo, as flautas são tocadas e bebidas são oferecidas. O círculo que corresponde ao diâmetro da construção é desenhado no solo, e os pilares são posicionados nesse perímetro. As peças subsequentes são colocadas paralelamente ao solo e amarradas no topo dos pilares laterais, pois não é apenas uma estrutura física; ela carrega um significado cultural e espiritual profundo. Sua construção envolve tanto o aspecto material quanto o ritualístico, conectando os Enawenê Nawê com seus costumes ancestrais, sua cosmovisão e sua espiritualidade.

A casa é erguida em um círculo com um diâmetro aproximado de 5 ou 6 metros, com peças posicionadas perpendicularmente ao solo e amarradas à primeira linha de peças fixadas nos pilares ao redor do círculo. Essas peças são espaçadas uma das outras e, ao serem erguidas, convergem para o centro, alcançando uma altura entre 5 a 7 metros.

A cada um metro e meio de altura, novas peças são adicionadas, sobrepondo-se em diâmetros decrescentes de forma espiralada, até o ponto mais alto, onde ocorre o fechamento da estrutura. Durante esse processo, homens correm dentro da estrutura, gritando, enquanto as bebidas são servidas e as flautas tocam e cantos são executados.

As flautas utilizadas nos rituais são tratadas como entidades antropomórficas, ou seja, são consideradas como seres com características humanas. Essa crença pode refletir a conexão profunda entre a música e a espiritualidade dos Enawenê Nawê. O fato de as flautas serem enfeitadas e vestidas com palha amarrada também enfatiza sua importância como parte integrante da cultura e espiritualidade. Elas são enfeitadas e vestidas com palha amarrada, que também é associada às cobras que os Yakairiti portam enroladas no braço. Essas características indicam uma ligação profunda entre os instrumentos e os seres humanos, bem como com os aspectos da natureza, como as cobras.

As referências à ancestralidade e destino estão profundamente entrelaçadas com a presença do Caminho e da Casa de Yaokwa, bem como com os instrumentos musicais e seres sobrenaturais que habitam esses espaços. Isso sugere que a espiritualidade e a identidade Enawenê Nawê estão fortemente ligadas às crenças em seres celestes e à reverência por eles.

A concepção de Yaokwa como um conjunto de Pessoas, Espíritos e Flautas destaca a complexidade da visão de mundo dos Enawenê Nawê. Isso enfatiza como as linhagens familiares, a espiritualidade e a música estão interconectadas e são parte essencial da identidade cultural e espiritual do povo, pois os clãs (Yaokwa) são compostos por uma combinação de pessoas (linhagens), espíritos (entidades celestes e da paisagem) e flautas são posicionadas a partir da posição solar na Casa da Flautas / Casa do Yaokwa. A pesca é uma etapa importante para o ritual do Yaokwa, pois durante o período das barragens os Enawenê Nawê incorporam uma identidade que é descrita como íntegra. Eles se veem simultaneamente como humanos e seres sobrenaturais, conhecidos como Yaokwa. Os Enawenê Nawê que permanecem nos acampamentos de pesca durante o período das barragens passam por uma transformação em sua identidade e aparência. Eles removem os ornamentos que caracterizam de forma visual, ou seja, deixam de ser Enawenê Nawê. Braceletes, tornozeleiras e brincos de conchas são substituídos por pequenas argolas feitas de tucum. Durante esse período, os Enawenê Nawê não raspam as sobrancelhas como de costume e deixam seus cabelos despenteados e sem corte. Essas mudanças na aparência física podem ser uma maneira de representar sua identidade transformada.

Os pescadores que se deslocam para as barragens , que se preparam para a temporada de pesca, concentram seus esforços na confecção de indumentárias específicas. Essas indumentárias podem ter um significado ritual ou funcional durante a pesca, enquanto os anfitriões que são responsáveis por receber e hospedar os visitantes (Yaokwa), dedicam seu tempo ao cuidado das roças, onde provavelmente cultivam alimentos, como a mandioca e o milho. Além disso, eles se ocupam do preparo do sal, que pode ser obtido de fontes naturais

Durante a estadia nas barragens os Enawenê Nawê confeccionam a armadilha de pesca chamada: Mata; uma metáfora que relaciona as armadilhas com partes do corpo humano, uma vez que se relaciona a cintura de Dokoi (um ser místico que possui uma rede com grande eficiência em pegar peixes) do qual os Enanewê Nawê mantêm uma relação cuidadosa.

## 4. PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO

Na política voltada à preservação do patrimônio cultural no Brasil, a constituição de um patrimônio etnográfico remonta ao ano de 1936, quando, a pedido do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Mário de Andrade elaborou o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Em sua proposta, as obras de arte seriam classificadas como arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais, artes aplicadas estrangeiras, arte popular, arte arqueológica e arte ameríndia. O patrimônio artístico popular, o arqueológico e o ameríndio seriam apreendidos em objetos, monumentos, paisagens e folclores (ANDRADE, 2002, p. 274-275)

Mário estabeleceu uma relação direta entre arte ameríndia e ciência arqueológica que salienta a dimensão viva e atual – portanto, não arqueológica – referente ao passado que ele atribuía às manifestações culturais dos grupos populares (GONÇALVES, 2012, p. 33). Entretanto, tal esforço de diferenciação entre a arte ameríndia e a arte popular foi flexibilizado quando o modernista decidiu agrupar em um único livro de tombamento, o Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, as categorias de arte arqueológica, ameríndia e arte popular (ANDRADE, 2002, p. 277)

O Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 reconhece tanto os aspectos materiais quanto os imateriais da cultura, abrangendo uma ampla gama de expressões culturais que são consideradas parte do patrimônio cultural brasileiro.

Essa abordagem inclusiva reflete o reconhecimento da diversidade e da riqueza da cultura brasileira, compreendendo desde sítios arqueológicos e obras artísticas até celebrações, saberes populares, festas, religiosidade, música, dança, culinária, mitologias, línguas e tradições orais. O reconhecimento da cultura imaterial como parte do patrimônio cultural do país é fundamental para a preservação da identidade cultural e para o fortalecimento da diversidade cultural brasileira.

Essa visão holística da cultura, que vai além dos objetos tangíveis, reflete uma compreensão mais ampla e inclusiva da cultura como um todo dinâmico, que é transmitido de geração em geração e que desempenha um papel fundamental na construção da identidade e na coesão social. Assim, a Constituição Federal estabelece

uma base sólida para uma política de preservação cultural que valoriza e protege a diversidade cultural do Brasil.

O patrimônio cultural não se limita apenas a bens materiais de valor, mas abrange uma ampla gama de elementos simbólicos, cosmológicos e tecnológicos desenvolvidos pelas sociedades ao longo do tempo.

Essa riqueza cultural é transmitida como herança ou legado e representa os conhecimentos e realizações acumulados de uma sociedade ou comunidade, conferindo-lhes uma identidade distinta em relação a outras. O patrimônio cultural não se restringe a um único país ou comunidade, mas é compartilhado pela humanidade como um todo. A proteção desse patrimônio comum é realizada por meio de políticas públicas e instituições específicas em nível nacional, bem como por organismos internacionais que promovem convenções, acordos e programas de cooperação internacional. Esses esforços visam preservar e promover a diversidade cultural, reconhecendo a importância fundamental da herança cultural para a compreensão e valorização da humanidade como um todo.

Embora o marco legal para a política de patrimônio imaterial seja a Constituição Federal de 1988, observa-se que a noção de que fatos culturais intangíveis teriam interesse patrimonial para os poderes públicos já estava presente no anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), elaborado por Mário de Andrade em 1936.

Entretanto, o projeto efetivo de criação da instituição não enfatizou esse aspecto, concentrando-se mais em questões relacionadas ao tombamento, restauração, conservação e fiscalização, sob a perspectiva restrita de um grupo de intelectuais que privilegiava as referências do processo de colonização europeia e da cultura modernista nacional. Essa abordagem limitada resultou em uma definição de patrimônio cultural nacional que não refletia a diversidade e a riqueza das manifestações culturais presentes no Brasil.

Os instrumentos de preservação cultural aplicados pelo SPHAN não foram direcionados aos fatos culturais dos segmentos populares, como os folguedos, os

credos e os saberes das culturas tradicionais populares. Esses aspectos eram sistematicamente documentados pelos pesquisadores e divulgadores das culturas populares, muitas vezes denominados como folclore. Assim, a abordagem inicial do SPHAN acabou por excluir ou marginalizar grande parte das manifestações culturais brasileiras, que não se encaixavam na visão restrita de patrimônio cultural defendida por esse grupo de intelectuais. Esse processo histórico contribuiu para uma compreensão limitada do patrimônio cultural brasileiro, destacando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e representativa no campo da preservação cultural.

A inclusão de referências culturais das tradições populares de matrizes africanas e indígenas nas políticas para o patrimônio cultural no Brasil desde o início do século XXI representa, de fato, um marco significativo. Historicamente, essas tradições foram marginalizadas ou até mesmo ignoradas pelas políticas de preservação cultural, que tendiam a privilegiar elementos associados à colonização europeia e à cultura dominante. No entanto, essa mudança de paradigma reflete um reconhecimento cada vez maior da importância e da contribuição dessas tradições para a identidade nacional e para a diversidade cultural do Brasil. As políticas mais inclusivas visam não apenas valorizar e preservar as expressões culturais das comunidades afro-brasileiras e indígenas, mas também reconhecer sua centralidade na formação da identidade cultural brasileira.

Essa inclusão não se limita apenas à valorização simbólica, mas também se traduz em medidas concretas de proteção e promoção das manifestações culturais desses grupos. Ela contribui para ampliar a compreensão do patrimônio cultural brasileiro, abrangendo uma gama mais diversificada de expressões culturais e promovendo o respeito e a valorização das culturas tradicionais afro-brasileiras e indígenas.

## **4.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Um aspecto importante da Educação Patrimonial é a construção coletiva e democrática do conhecimento. Isso significa que esses processos educativos devem envolver a participação efetiva das comunidades que detêm e produzem as referências culturais. É

fundamental reconhecer que diferentes comunidades têm diversas noções e perspectivas sobre o que constitui o patrimônio cultural.

Portanto, a Educação Patrimonial não apenas busca transmitir conhecimentos sobre o patrimônio cultural, mas também promove a interação e o diálogo entre diferentes grupos e suas tradições culturais. Ela estimula a reflexão crítica, o respeito à diversidade e a valorização das identidades culturais locais e regionais.

A Educação Patrimonial desempenha um papel fundamental na promoção do entendimento e na preservação do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que promove a inclusão, o empoderamento e a participação das comunidades na gestão e na salvaguarda de sua própria herança cultural.

Educação Patrimonial é de fato um instrumento valioso de "alfabetização cultural", pois permite que os indivíduos desenvolvam habilidades para compreender o contexto sociocultural e histórico em que estão inseridos. Ao explorar e aprender sobre o patrimônio cultural, incluindo monumentos, tradições, costumes e artefatos históricos, as pessoas podem ampliar sua compreensão do mundo ao seu redor.

Além disso, a Educação Patrimonial tem o poder de fortalecer a autoestima tanto dos indivíduos quanto das comunidades. Isso acontece porque, ao conhecer e valorizar sua própria história e cultura, as pessoas se sentem mais conectadas com suas raízes e identidade cultural, o que pode gerar um senso de orgulho e pertencimento.

A valorização da cultura brasileira, reconhecendo sua diversidade e pluralidade, é um aspecto importante da Educação Patrimonial. Ela promove o respeito pela diversidade cultural e contribui para a preservação e promoção das tradições e expressões culturais do Brasil, enriquecendo assim o patrimônio cultural do país.

Portanto, a Educação Patrimonial desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais consciente, inclusiva e respeitosa com sua própria história e diversidade cultural.

A metodologia da Educação Patrimonial é flexível e pode ser aplicada a uma

ampla gama de expressões culturais e evidências materiais. Isso significa que ela pode ser adaptada para abordar e promover a compreensão, valorização e preservação de qualquer aspecto do patrimônio cultural, seja ele tangível ou intangível.

Essa abordagem inclusiva permite que a Educação Patrimonial seja aplicada em diversas situações e contextos, desde a conservação de monumentos históricos até a promoção de práticas culturais tradicionais em comunidades rurais, passando pela valorização de manifestações folclóricas e rituais.

Ao reconhecer a riqueza e diversidade do patrimônio cultural de uma sociedade, a Educação Patrimonial pode ajudar a fortalecer a identidade cultural das comunidades, promover o diálogo intercultural e estimular o respeito pela diversidade cultural e ambiental.

A educação patrimonial em relação aos povos indígenas, é crucial reconhecer e respeitar a diversidade intrínseca entre os próprios grupos indígenas. Cada povo indígena possui sua própria história, língua, tradições, práticas culturais e visões de mundo distintas. Portanto, não há um patrimônio cultural indígena genérico ou uniforme, mas sim uma multiplicidade de expressões culturais únicas e diversas.

O primeiro desafio na promoção de políticas patrimoniais voltadas aos povos indígenas reside justamente em compreender e respeitar essas diferenças sócio-étnico-culturais dentro dos próprios grupos indígenas, além das especificidades em relação a outros grupos étnicos no Brasil.

Por exemplo, o Toré, uma dança ritual praticada por indígenas no Nordeste do Brasil, é um elemento importante na afirmação da identidade étnica desses povos. No entanto, cada povo indígena que pratica o Toré possui suas próprias variações, significados, técnicas e saberes específicos associados a essa prática. Mesmo que haja semelhanças entre diferentes grupos, é fundamental reconhecer e respeitar as idiosincrasias culturais de cada comunidade.

Portanto, ao desenvolver iniciativas de educação patrimonial voltadas aos povos indígenas, é essencial envolver as próprias comunidades indígenas no processo, respeitar suas tradições e conhecimentos locais, e adotar uma abordagem sensível e colaborativa

que leve em consideração as particularidades culturais de cada grupo. Isso contribuirá para uma preservação e valorização mais eficazes do patrimônio cultural indígena e para o fortalecimento da identidade e autonomia dessas comunidades.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2004, oferece uma base sólida para o reconhecimento e proteção dos patrimônios culturais dos povos indígenas, levando em consideração sua pluridiversidade e autoidentificação.

Ao adotar a autoidentificação como critério legítimo na definição dos povos indígenas, a Convenção 169 reconhece a importância de respeitar a diversidade cultural e étnica dentro desses grupos. Isso significa que os próprios povos indígenas têm o direito de definir sua identidade e pertencimento cultural, sem imposições externas.

Além disso, a Convenção estabelece a responsabilidade dos Estados em salvaguardar os povos indígenas, incluindo suas culturas, instituições e bens, assim como seu meio ambiente. Isso implica que o Estado deve adotar medidas para proteger e preservar os patrimônios culturais dos povos indígenas contra ameaças externas, como a exploração predatória de recursos naturais ou a perda de territórios tradicionais.

Um aspecto fundamental da Convenção 169 é a necessidade de diálogo e consulta prévia com os povos indígenas sempre que forem previstas medidas legislativas ou administrativas que os afetem diretamente. Isso garante que as decisões que impactam as comunidades indígenas sejam tomadas de forma participativa e colaborativa, levando em consideração seus interesses, conhecimentos e perspectivas.

Portanto, ao aplicar os princípios da Convenção 169, os Estados podem contribuir significativamente para o reconhecimento e preservação dos patrimônios culturais dos povos indígenas, respeitando sua pluridiversidade e promovendo um diálogo inclusivo e participativo.

A abordagem decolonial oferece uma lente importante para examinar e questionar as políticas públicas relacionadas ao patrimônio, especialmente no contexto dos povos indígenas e das populações tradicionais. Ao considerar a origem da palavra "patrimônio"

e sua associação com as antigas sociedades patriarcais patrimonialistas, bem como sua ligação com o surgimento dos Estados-nação monoculturais na modernidade, surgem questões cruciais sobre quem detém o controle sobre o patrimônio e como ele é definido e protegido.

Nesse sentido, a noção de patrimônio nacional muitas vezes reflete uma visão centrada nos Estados, que tende a marginalizar ou ignorar as contribuições e perspectivas dos povos originários e das populações tradicionais. Isso pode levar a políticas públicas que desconsideram suas práticas culturais, conhecimentos tradicionais e formas de vida, ou que até mesmo as consideram como obstáculos ao desenvolvimento ou modernização.

A perspectiva decolonial desafia essa visão ao destacar a importância de reconhecer e respeitar as diversas formas de conhecimento, experiência e relação com o ambiente natural presentes nas comunidades indígenas e tradicionais. Isso implica uma redefinição do conceito de patrimônio, não mais como algo estático e controlado pelo Estado, mas sim como um conjunto dinâmico de práticas, saberes e relações que pertencem às comunidades que os criam e mantêm.

Nesse sentido, as políticas públicas destinadas a salvaguardar o patrimônio devem ser formuladas de forma participativa e inclusiva, envolvendo as comunidades indígenas e tradicionais desde o início do processo. Isso significa reconhecer seu direito de autodeterminação e sua capacidade de definir e proteger seu próprio patrimônio cultural, em vez de impor uma visão externa baseada em noções de Estado-nação e monoculturalismo.

Em última análise, a abordagem decolonial oferece uma estrutura conceitual e política para repensar as relações entre Estado, patrimônio e comunidades indígenas e tradicionais, visando uma maior justiça e equidade na proteção e gestão do patrimônio cultural.

Sim, é importante destacar que os povos indígenas têm uma relação ancestral com seus territórios e patrimônios culturais, que precede a formação dos Estados nacionais e a chegada dos colonizadores europeus. Essa presença prévia dos povos indígenas em seus territórios tradicionais confere a eles uma reivindicação legítima sobre seu patrimônio

cultural, que deve ser reconhecida e respeitada.

A Constituição brasileira de 1988, de fato, reconhece os direitos dos povos indígenas, incluindo sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Além disso, atribui à União Federal a obrigação de proteger e fazer respeitar todos os seus bens, o que inclui seus patrimônios culturais.

Portanto, os patrimônios indígenas já estão constitucionalmente reconhecidos e protegidos no Brasil. No entanto, na prática, esses direitos muitas vezes não são plenamente garantidos, e as comunidades indígenas continuam enfrentando desafios significativos, como invasões de terras, desmatamento, exploração mineral e ameaças à preservação de seus patrimônios culturais.

Assim, é fundamental que o Estado brasileiro cumpra efetivamente sua obrigação de proteger os patrimônios culturais indígenas, garantindo o respeito aos direitos territoriais e culturais dessas comunidades, bem como promovendo uma abordagem colaborativa e participativa na gestão e preservação de seus patrimônios. Isso requer uma maior conscientização, diálogo e cooperação entre o Estado, as comunidades indígenas e outros atores envolvidos na proteção do patrimônio cultural indígena.

Exatamente, a educação patrimonial nas culturas indígenas é um processo orgânico e intrínseco à própria vida e tradições dessas comunidades. Cada cultura indígena possui seus próprios métodos de transmissão de conhecimento e práticas educativas que são fundamentais para a preservação e atualização de seus patrimônios culturais ao longo das gerações.

Nesse contexto, a educação patrimonial não é uma atividade separada ou externa às comunidades indígenas, mas sim parte integrante de seu modo de vida. Todos os membros da comunidade participam desse processo educativo, que envolve a transmissão de conhecimentos, práticas e valores culturais de forma oral, prática e ritualística.

É importante reconhecer que, dentro dessas comunidades, há detentores específicos de saberes e conhecimentos relacionados à produção e manutenção de objetos sagrados e outros elementos do patrimônio cultural. Esses detentores desempenham um

papel crucial na preservação desses objetos, pois são responsáveis por transmitir esses conhecimentos de geração em geração e por garantir o respeito e a devida reverência a esses objetos sagrados.

Além disso, como mencionado, a ação dos espíritos e seres sobrenaturais também desempenha um papel significativo no processo educativo e na preservação dos patrimônios culturais indígenas. A relação entre os indivíduos e o mundo espiritual é parte integrante da cosmovisão indígena e influencia diretamente as práticas culturais e a transmissão de conhecimentos dentro dessas comunidades.

Portanto, ao abordar a educação patrimonial nas culturas indígenas, é essencial reconhecer e respeitar esses processos educativos internos, valorizando e apoiando as práticas e saberes tradicionais das comunidades indígenas e reconhecendo a importância dos aspectos espirituais e sobrenaturais em seu patrimônio cultural.

A educação patrimonial, quando concebida dentro de uma perspectiva decolonial, desafia as estruturas e narrativas dominantes que perpetuam relações de poder desiguais e marginalizam certas culturas e perspectivas. Para que a educação patrimonial possa desempenhar um papel eficaz na busca pela decolonialidade das relações culturais, é necessário adotar mudanças metodológicas e formulações teóricas que promovam a inclusão, o diálogo intercultural e a interação entre diferentes saberes e visões de mundo. Isso implica reconhecer a incompletude de todas as culturas e a necessidade de abordagens intepistêmicas que valorizem e integrem múltiplas formas de conhecimento, incluindo aqueles tradicionalmente marginalizados ou suprimidos. Isso também envolve reconhecer e respeitar as relações interétnicas e a diversidade cultural como riqueza e fonte de aprendizado mútuo.

Uma educação patrimonial decolonial deve ser sensível às dinâmicas de poder e privilégio que moldam as relações entre diferentes grupos culturais e buscar promover a reciprocidade, a colaboração e a complementaridade entre eles. Isso pode envolver o fortalecimento da voz e autonomia das comunidades locais na gestão e preservação de seu próprio patrimônio cultural, bem como o reconhecimento das contribuições e perspectivas das culturas indígenas e tradicionais.

Segundo Àtila Tolentino, a educação patrimonial é antes de tudo compreender o que é Patrimônio Cultural:

O patrimônio cultural, concebido como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos, que dele se apropriam, deve ser tratado, nas práticas educativas, levando em conta a sua dimensão social, política e simbólica. Isso implica dizer que, nas ações educativas, o patrimônio cultural não pode ser tratado como préconcebido, em que seu valor é dado a priori, cabendo ao indivíduo aceitar essa valoração e reconhecê-lo como parte de sua herança cultural. Nas práticas educativas que se pretendem dialógicas e democráticas, o patrimônio cultural concebido como um elemento social implica reconhecer o jogo de forças existentes no seu processo seletivo e até mesmo de sua apropriação, em que estão imbricados os conflitos e as divergências na permanente luta entre a memória e o esquecimento. (TOLENTINO, 2016, 47)

O campo do patrimônio, como sabemos, é um campo de conflitos e de construção social e, ao adentrar nele, não se pode ser ingênuo. Por isso, a educação patrimonial, para que possa ser efetiva, implica ir além do conhecer para preservar; é necessário que se propicie a releitura crítica. E, a partir dessa releitura, buscar a transformação da realidade. (TOLENTINO, 2016,46)

Ao adotar uma abordagem decolonial na educação patrimonial, podemos contribuir para a construção de relações mais justas, igualitárias e respeitadas entre diferentes grupos culturais, promovendo assim a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da dignidade e dos direitos de todas as comunidades.

## 5. BIJU

### Os ornamentos e instrumentos como objetos de preservação cultural

A Memória é capacidade cognitiva humana de codificar, armazenar e recuperar informações. Ela nos permite reter uma variedade de experiências, incluindo sentimentos, eventos, imagens, ideias e outros tipos de informações em nossa mente.

A memória desempenha um papel fundamental em nossa vida diária, pois nos permite aprender com experiências passadas, adaptar-nos a novas situações e construir nossa compreensão do mundo ao nosso redor. Existem diferentes tipos de memória, como a memória de curto prazo, memória de longo prazo, memória episódica, memória semântica, entre outras, cada uma desempenhando um papel específico no processamento e na retenção de diferentes tipos de informações.

A memória não é apenas uma função individual, mas também está relacionada à memória coletiva de uma sociedade ou cultura, como discutido anteriormente em relação ao patrimônio cultural. A preservação da memória coletiva é importante para a continuidade e a identidade de uma comunidade ao longo do tempo, por isso a preservação dos ornamentos e instrumentos utilizados no ritual Yaokwa, do povo Enawenê Nawê é um método de assegurar as futuras gerações o processo do fazer manual e a relação comunitária de manter a cultura social viva.

Márcia Chuva em uma entrevista sobre os atos golpistas de 08 de janeiro de 2023 fala sobre importância do Patrimônio Cultural e da memória, pois o patrimônio cultural brasileiro desempenha um papel crucial na promoção da representatividade e inclusão social, pois reflete a diversidade étnica, cultural e social do país.

A preservação do patrimônio público é a forma de representar a diversidade de memórias que compõem o todo nacional. O respeito à diferença pode ser garantido por meio de estratégias de inclusão de patrimônios representativos de grupos sociais historicamente excluídos, silenciados e invisibilizados, tarefa sempre inconclusa, que

deve ser permanentemente buscada através da participação ampla nos processos de construção do patrimônio cultural brasileiro.

Desde a Constituição Brasileira de 1934, o amparo à cultura é tratado como dever do Estado; o direito de propriedade está subordinado ao interesse social ou coletivo, cabendo à União, aos Estados e aos Municípios proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país. As constituições brasileiras subsequentes reproduziram essas ideias com pequenas variações. Na Constituição Cidadã de 1988, os extensos artigos 215 e 216 e no art. 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais (ADTC) evidenciam a amplitude e a complexidade alcançadas pelo campo do patrimônio. (CHUVA, Márcia; 2023)

Além disso, o patrimônio cultural pode ser uma ferramenta poderosa para combater a exclusão e a marginalização, pois permite que grupos historicamente marginalizados tenham suas histórias e culturas reconhecidas e celebradas. Isso pode ser especialmente importante para comunidades indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, entre outras, cujas contribuições muitas vezes foram negligenciadas ou sub-representadas na história oficial do Brasil, pois o patrimônio cultural desempenha um papel vital na construção da identidade nacional, pois reflete não apenas uma única identidade, mas sim a diversidade e a pluralidade de identidades que compõem a nação brasileira.

Ao preservar o patrimônio cultural, estamos protegendo não apenas objetos e monumentos, mas também as histórias, tradições e memórias de diversas comunidades e grupos sociais que contribuíram para a formação da identidade brasileira. Isso ajuda a fortalecer o senso de pertencimento e coesão social entre os brasileiros, promovendo o respeito e a valorização da diversidade cultural do país.

O Estado na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Como bem público, o patrimônio cultural deve ser protegido e gerenciado pelo Estado e suas instituições, garantindo que seu valor coletivo seja preservado para as gerações futuras. Isso implica em proteger esses bens de interesses privados que possam ameaçar sua integridade, seja por questões econômicas, ideológicas ou outras. Portanto, a preservação do patrimônio cultural brasileiro não é apenas uma questão de conservação física, mas também uma responsabilidade social e política para garantir a continuidade das identidades brasileiras.

## **6. MATURELE:** Produto final

O livro didático composto de fotografias dos ornamentos e instrumentos utilizados no ritual Yaokwa é um projeto que pode ter um impacto significativo na promoção e preservação da cultura Enawenê Nawê. Ao ser utilizado na educação escolar básica não indígena, o livro proporciona uma oportunidade para que alunos e professores aprendam sobre a cultura e tradições do povo Enawenê Nawê, cumprindo assim a lei 11.645 que estabelece o estudo obrigatório da história e cultura indígena nos currículos escolares.

Além disso, o uso do livro na educação indígena Nawê é igualmente importante, pois contribui para a valorização e a continuidade das tradições e conhecimentos culturais dentro da própria comunidade. Ao incorporar o livro ao currículo educacional indígena, os Enawenê Nawê têm a oportunidade de transmitir seus saberes e práticas tradicionais às gerações mais jovens, fortalecendo assim sua identidade cultural e promovendo a preservação de sua cultura.

O impacto esperado do produto e/ou pesquisa junto à comunidade é que ele seja bem recebido e utilizado de forma eficaz como uma ferramenta educacional e cultural. Espera-se que o livro contribua para aumentar o conhecimento e o respeito pela cultura Enawenê Nawê tanto dentro quanto fora da comunidade, além de ajudar a garantir a continuidade e a vitalidade das tradições e práticas culturais desse povo.

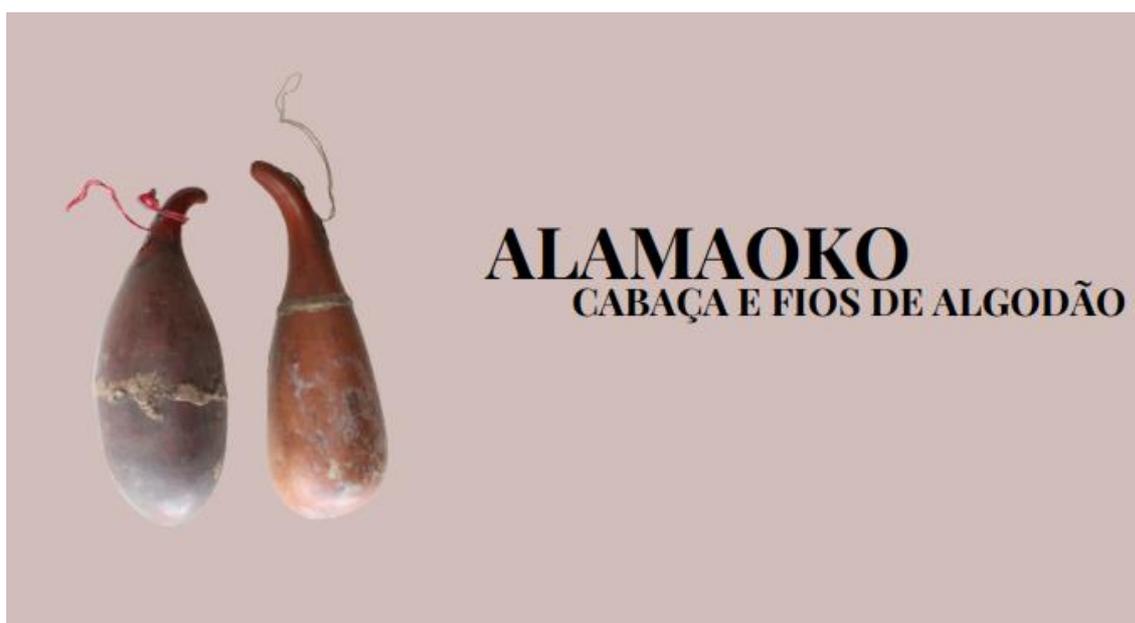
O produto e/ou livro didático pode desempenhar um papel importante na promoção da diversidade cultural e no fortalecimento dos laços entre diferentes grupos étnicos, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e multicultural.

Figura 08 - Imagem recorte: Instrumentos. Produto do relatório técnico



Fonte: Autor

Figura 09 - Imagem recorte: Instrumentos. Produto do relatório técnico



Fonte: Autor

Figura 10 - Imagem recorte: Instrumentos. Produto do relatório técnico



Fonte: Autor

Figura 11 - Imagem recorte: Ornamentos. Produto do relatório técnico



Fonte: Autor

Figura 12 - Imagem recorte: Ornamentos. Produto do relatório técnico



Fonte: Autor

Figura 13 - Imagem recorte: Ornamentos. Produto do relatório técnico



**DAWERATI**  
**FIOS DE ALGODÃO, PENAS**  
**DE AVES DIVERSAS, FIBRA**  
**DE TAQUARA.**

Fonte: Autor

## **6.1 APLICAÇÃO DO PRODUTO na comunidade**

A aplicação do produto na comunidade pode ter uma série de benefícios para a promoção e preservação da cultura Enawenê Nawê.

O livro pode ser integrado ao currículo escolar da escola indígena Enawenê Nawê como uma ferramenta educacional complementar. Os professores podem utilizar o livro para ensinar aos alunos sobre os ornamentos e instrumentos utilizados no ritual Yaokwa, as atividades incluídas no livro podem ser incorporadas às aulas para promover a participação dos alunos e aprofundar sua compreensão da cultura.

Na comunidade não indígena, o livro pode ser disponibilizado como uma fonte de conhecimento e inspiração. Eventos comunitários, como palestras, workshops ou exposições, podem ser organizados para apresentar o livro e discutir seu conteúdo. Isso proporcionaria uma oportunidade para a sociedade não indígena aprenderem mais sobre a cultura e tradições Nawê, fortalecendo assim o senso de identidade e orgulho cultural brasileiro.

As atividades propostas no livro para promover a manutenção dos objetos estudados podem ser realizadas pela comunidade Nawê como uma forma de preservar e transmitir as habilidades tradicionais de confecção e uso desses objetos. Oficinas práticas podem ser organizadas para ensinar técnicas de fabricação de ornamentos e instrumentos, envolvendo tanto os jovens quanto os mais velhos da comunidade. Isso não apenas ajuda a preservar o conhecimento e as habilidades tradicionais, mas também promove a coesão comunitária e o intercâmbio intergeracional, sendo assim a aplicação do livro fotográfico na comunidade Enawenê Nawê pode ser uma poderosa ferramenta para promover a educação cultural, fortalecer a identidade étnica e promover a preservação das tradições e práticas culturais. Se usado de forma eficaz e inclusiva, o livro pode contribuir significativamente para o enriquecimento e a vitalidade da comunidade Enawenê Nawê.

Figura 14 - Imagem recorte do produto, Jogo da memória



Fonte: Autor

Figura 15 - Imagem recorte do produto, Jogo da memória



Fonte: Autor

Figura 16 - Imagem recorte do produto, Jogo da memória



H A S O A L I G N E G W D N O Y U T N R Y I  
E E A L E C R O C Y S S A A R L N Y S P N E  
T P E E S W O E S I C I T O L E T S F I I T  
D K N R L A R I W I T L K O K A E W E T I E  
O A G R I I N R T I A O U Q O I T S S H T I  
A L E T O C A E A T A E K A M T H A A H O T  
E A N E W L M T F E A H N O T O C W I T K T  
B M W J R F E T U A W O O W ã C E I O T O T  
E N L N W E N T T O O L S X F T B T U U I C  
O E E I E N T M K V S H E T I A E R R T H T  
O T I N ã K O L A T I S T N S R K N A Y A P  
N ã H E A I S E L I W U E T W V O R O T L P  
E K T D P L I E O A S H T U I H E S F E A Y  
B O E R Y O N A I P O L L I Y W N N P A W E  
S L C C T P L E H K A L A M A N I O K O K L  
M I A G E E N O O R U S O D F E E U M O E T



Fonte: Autor

Figura: 17 - Registro do processo fotográfico para elaboração do produto do relatório técnico na T.I. Enawenê Nawê.



Fonte: Autor

Figura: 18 - Registro do processo fotográfico para elaboração do produto do relatório técnico na T.I. Enawenê Nawê.



Fonte: Autor

Figura: 19 - Registro do processo fotográfico para elaboração do produto do relatório técnico na T.I. Enawenê Nawê.



Fonte: Autor

Figura 20 - Artefatos para registro do produto do relatório técnico na T.I. Enawenê Nawê.



Fonte: Autor

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas décadas, tem havido uma mudança significativa na concepção e na abordagem do patrimônio cultural, o que tem levado à visibilização e ao reconhecimento dos patrimônios culturais de grupos sociais historicamente marginalizados, incluindo as minorias étnicas e as populações tradicionais. Esse processo de reconhecimento e valorização dos patrimônios culturais desses grupos é o resultado de muitas lutas e esforços empreendidos por uma variedade de atores sociais em diferentes países.

Movimentos sociais, comunidades acadêmicas, artistas, intelectuais e grupos culturais têm desempenhado um papel fundamental na promoção da valorização e proteção dos patrimônios culturais das minorias étnicas e populações tradicionais. Suas lutas têm sido essenciais para sensibilizar a opinião pública, influenciar políticas governamentais e promover mudanças na legislação para garantir o reconhecimento e a proteção desses patrimônios.

Além disso, instrumentos normativos tanto no plano internacional quanto nacional têm sido desenvolvidos para garantir a efetivação dos direitos culturais e a proteção dos patrimônios culturais das minorias étnicas e populações tradicionais. Isso inclui declarações, convenções e legislações específicas que reconhecem e protegem os direitos culturais desses grupos, bem como estabelecem mecanismos para sua participação na gestão e preservação de seus patrimônios culturais.

Esses instrumentos normativos são importantes porque fornecem uma base legal e institucional para a proteção e promoção dos direitos culturais das minorias étnicas e populações tradicionais, além de estabelecerem padrões e diretrizes para ações governamentais e iniciativas da sociedade civil nesse sentido.

O reconhecimento e a proteção dos patrimônios culturais das minorias étnicas e populações tradicionais são fundamentais para promover a diversidade cultural, garantir a inclusão social e fortalecer a identidade e o bem-estar desses grupos. Esse processo requer o envolvimento de uma variedade de atores sociais e instrumentos normativos para

garantir sua efetivação e sustentabilidade ao longo do tempo.

O desenvolvimento de um aparato legal internacional e nacional voltado para a proteção e promoção dos patrimônios culturais tem sido fundamental para a construção de políticas públicas eficazes nesse sentido em todo o mundo. A realização de inventários e a criação de listas representativas, como a Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, são exemplos concretos desses avanços.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em seu artigo 16, estabeleceu a criação dessa lista como um mecanismo para reconhecer e valorizar a diversidade e a riqueza dos patrimônios culturais das diferentes sociedades humanas em todo o mundo. Essa iniciativa tem o potencial de dar visibilidade e destaque às práticas, tradições e expressões culturais que anteriormente poderiam ter sido negligenciadas ou subestimadas nos relatos históricos dominantes produzidos pelo Ocidente.

Esses avanços contribuem para a construção de novas narrativas sobre a história da humanidade que são mais inclusivas, diversas e representativas da multiplicidade de experiências, perspectivas e contribuições das sociedades humanas ao longo do tempo. Ao destacar e valorizar os patrimônios culturais de diferentes povos e comunidades, essas políticas públicas promovem uma maior equidade e justiça na forma como a história é contada e compreendida.

Além disso, esses esforços podem ajudar a combater a visão eurocêntrica e colonialista que muitas vezes dominou os relatos históricos, ao reconhecer e celebrar a diversidade cultural e a igualdade de todas as contribuições culturais para a riqueza do patrimônio da humanidade.

Portanto, os avanços na proteção e promoção dos patrimônios culturais, juntamente com a construção de novas narrativas históricas mais inclusivas e representativas, são passos importantes na busca por uma compreensão mais abrangente e respeitosa da diversidade cultural e da humanidade como um todo. Compreender e superar os obstáculos enfrentados pelos povos e populações historicamente excluídos no acesso às políticas públicas sobre patrimônio cultural é fundamental para promover a justiça e a inclusão social. Muitas vezes, esses grupos enfrentam barreiras burocráticas e estruturais que dificultam ou impedem seu pleno envolvimento e participação nesses

processos. As exigências burocráticas excessivas podem ser especialmente prejudiciais, limitando a capacidade das comunidades marginalizadas de exercerem suas autonomias e de protegerem e promoverem seus próprios patrimônios culturais de acordo com suas necessidades e perspectivas. Isso pode resultar em uma falta de representatividade e inclusão nos processos de tomada de decisão e na formulação de políticas públicas.

É crucial, portanto, que os direitos conquistados pelos povos e populações historicamente excluídos não apenas sejam garantidos, mas que também avancem na incorporação de novos conceitos e abordagens que reconheçam e valorizem seus saberes, filosofias, epistemologias e conceitos próprios sobre patrimônio cultural.

Isso implica em adotar uma abordagem mais participativa, inclusiva e sensível às necessidades e realidades das comunidades marginalizadas, garantindo que elas tenham voz e autonomia na definição e proteção de seu próprio patrimônio cultural. Isso também pode envolver a revisão e adaptação das políticas e regulamentos existentes para torná-los mais acessíveis, flexíveis e adequados às diferentes realidades culturais e sociais. O exemplo do povo Enawenê destacado anteriormente é ilustrativo dessa necessidade de reconhecer e respeitar os conceitos e práticas culturais específicos das comunidades indígenas e tradicionais. Incorporar essas perspectivas e conhecimentos locais enriquece e fortalece as políticas de patrimônio cultural, promovendo uma abordagem mais diversa, inclusiva e sustentável para a preservação e promoção da diversidade cultural em todo o mundo.

A abordagem decolonial oferece uma lente crucial para entender e abordar os obstáculos enfrentados pelos povos indígenas no acesso às políticas públicas sobre patrimônio cultural. Esses obstáculos muitas vezes refletem a persistência da colonialidade cultural, que está enraizada na noção de patrimônio cultural produzida pelo pensamento ocidental dominante, especialmente pelo "norte global".

Ao destacar esses elementos constitutivos da colonialidade cultural, é possível identificar e desafiar as estruturas de poder e as hierarquias que subjazem à concepção tradicional de patrimônio cultural, as quais muitas vezes marginalizam ou excluem as perspectivas e os conhecimentos dos povos indígenas e outras comunidades historicamente marginalizadas.

Uma abordagem decolonial no âmbito das políticas de patrimônio cultural implica em reconhecer e valorizar os saberes, as práticas e as perspectivas das culturas indígenas e tradicionais, e promover um diálogo intercultural mais equânime e respeitoso. Isso requer uma mudança fundamental na forma como o patrimônio cultural é concebido, protegido e promovido, com ênfase na interculturalidade crítica e na busca por uma compreensão mais holística e inclusiva da diversidade cultural.

Além disso, é importante questionar e desnaturalizar as hierarquias culturais que foram historicamente estabelecidas durante o processo de colonização, que classificaram algumas culturas como superiores e outras como inferiores. Essa forma de classificação é arbitrária e injusta, e perpetua relações de poder desiguais que continuam a marginalizar e oprimir os povos indígenas e outras comunidades minoritárias em todo o mundo. Portanto, adotar uma perspectiva decolonial no campo das políticas de patrimônio cultural é essencial para promover a justiça, a igualdade e o respeito pelos direitos culturais das comunidades indígenas e tradicionais, e para construir um futuro mais inclusivo e equitativo para todos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 30, p. 272-287, 2002.

ALMEIDA, Juliana de. **Alta Tensão na Floresta: os Enawene Nawe e Complexo Hidrelétrico Jurena**. Monografia do Curso de Especialização (Lato Sensu) em Indigenismo, da Operação Amazônia Nativa e da Universidade Positivo. Cuiabá, 2010.

ALMEIDA, Juliana de. **Enawene-Nawe Wixo Diferença e convivialidade na gestão sociopolítica do cosmos**. Dissertação (Pós Graduação em Antropologia) – IFA, Universidade Federal do Amazonas Bahia, 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei 3.551/2000**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>. Acesso em: 24 Outubro. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases, n. 9394**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [file:///D:/Documents/Downloads/lei9394\\_ldbn1.pdf](file:///D:/Documents/Downloads/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 24 Outubro. 2023

CAÑAS, Vicente. **Diário de campo, 1977-1987**, (Transcrição e prefácio de Darci Luiz Pivetta). Cuiabá, 742p. (mimeo)

COSTA JÚNIOR, Plácido. **A pesca na sociedade enawene-nawe**. In: Estudo das potencialidades e do manejo dos recursos naturais na Área indígena Enawene- Nawe. Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado da Universidade Federal de Mato Grosso (GERA). Relatório técnico apresentado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Cuiabá, 1995, p. 101-157.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Xamanismo e tradução: ponto de vista sobre a floresta amazônica**. In: Manuela Carneiro da CUNHA. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CHUVA, Márcia. **Por uma noção da história do patrimônio cultural no Brasil.** Revista do Patrimônio Histórico e artístico nacional, n. 34, 2012, p. 147 – 165. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>

CHUVA, Márcia. **A relevância do Patrimônio Cultural e da Memória.** Entrevista ao CNPq, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/a-relevancia-do-patrimonio-cultural-e-da-memoria>

IPHAN. **Convenção 1972.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conven%C3%A7%C3%A3o1972.ppd>

LIMA RODGERS, A. P. **O Ferro e as Flautas: Regimes de captura e fontes bibliográficas pericibilidade no Iyaõkwa Enawene Nawe.** Rio de Janeiro/RJ: Museu Nacional (Tese de Doutorado), 2014.

LISBÔA, Thomaz de Aquino. **Os Enauêne-Nauê – Primeiros contatos.** São Paulo/SP: Loyola, 1985.

MENDES DOS SANTOS, Gilton. **Agricultura e coleta enawene-nawe: relações sociais e representações simbólicas.** In: Estudo das potencialidades e do manejo dos recursos naturais na Área indígena Enawene-Nawe. OPAN e Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, 143 Amazônia e Cerrado da Universidade Federal de Mato Grosso. Relatório técnico apresentado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Cuiabá, 1995, p. 45-78.

MENDES DOS SANTOS, Gilton. **Da cultura à natureza: um estudo do cosmos e da ecologia dos EnaweneNawe.** São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2006.

MENDES DOS SANTOS, Gilton e SANTOS, Geraldo Mendes. **Homens, peixes e espíritos: a pesca ritual dos Enawene-Nawe.** Revista Tellus. Campo Grande/ MS, n.14:39-59, 2008.

NAHUM-CLAUDEL, Chloe. **Working together for Yankwa**: Vitalizing cosmogony in Southern Amazonia (Enawenenawe). Cambridge University (Tese de Doutorado), 2012.

OPAN – Operação Amazônia Nativa. **Estudo das potencialidades e do manejo dos recursos naturais na área indígena Enawene Nawe**. Cuiabá: OPAN, GERA/UFMT, PNUD (Relatório Técnico), 1995.

PASSOS, Pedro Henrique Martins da Costa. **Mecanismos de sociabilidade Enawene Nawe e o papel a OPAN** – Operação Amazônia Nativa na defesa do território. São Paulo: dossiê iphan 18 { Ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe } 127 Pontifícia Universidade Católica (Dissertação de Mestrado), 2005.

TOLENTINO, Átila B. **O que não é educação patrimonial**: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. (Caderno Temático nr 05). João Pessoa: Iphan-PB/Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno\\_tematico\\_educacao\\_patrimonial\\_05.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf).

TOLENTINO, Átila B. **O que não é educação patrimonial**: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Disponível em : [https://www.academia.edu/30399303/O\\_que\\_n%C3%A3o\\_%C3%A9\\_educac%C3%A7%C3%A3o\\_patrimonial\\_cinco\\_fal%C3%A1cias\\_sobre\\_seu\\_conceito\\_e\\_sua\\_pr%C3%A1tica](https://www.academia.edu/30399303/O_que_n%C3%A3o_%C3%A9_educac%C3%A7%C3%A3o_patrimonial_cinco_fal%C3%A1cias_sobre_seu_conceito_e_sua_pr%C3%A1tica)

SOUZA, Edison Rodrigues de. **Sociocosmologia do espaço Enawene Nawe**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFB, Universidade Federal da Bahia, 2011

SILVA, M. F. 2013. **Dinâmicas da vicinalidade entre os Enawene-Nawe**. In: Paisagens Ameríndias – Lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia. São Paulo/SP: Terceiro Nome.